



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

EDITAL DE SELEÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2022

PROCESSO Nº 0387/2022

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMO DE COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - POLICLÍNICA DO VILA TRÊS, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO/RJ.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CPNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, representada pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde, torna público que fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO** para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Plano de Trabalho, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Policlínica do Vila Três, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Plano de Trabalho. O Edital de licitação e seus anexos, relativos a esta Chamada Pública, poderão ser obtidos pelo sítio eletrônico da Prefeitura de São Gonçalo.

1. OBJETO

1.1. O objeto do presente Edital é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE**, por meio de **PARCERIA**, que assegure assistência universal e gratuita à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito na Policlínica do Vila Três, Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e seus anexos e no Plano de Trabalho, parte integrante do presente Edital.

1.2. Compõem o objeto da parceria a ser realizada, com o objetivo de atingir as metas necessárias ao atendimento da realidade apresentada no Plano de Trabalho constante no Anexo I, as seguintes ações e critérios:

- a) A Prestação gratuita e universal dos serviços de assistência à saúde aos usuários, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- b) A Aquisição, gestão e logística de insumos específicos necessários ao atendimento dos pacientes da Policlínica do Vila Três, conforme Plano de Trabalho;
- c) Prestar os serviços do objeto do respectivo Termo de Colaboração atendendo aos níveis de produção e qualidade definidos conforme ANEXO I do Plano de Trabalho;
- d) A Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade, conforme ANEXO II ao Plano de Trabalho;
- e) A Execução direta ou subcontratação e gestão, em qualquer caso, dos serviços necessários ao funcionamento da unidade.

1.2. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Plano de Trabalho;

ANEXO I ao Plano de Trabalho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO II ao Plano de Trabalho;

ANEXO III ao Plano de Trabalho;

ANEXO IV ao Plano de Trabalho;

ANEXO V ao Plano de Trabalho;

ANEXO II – Modelo de Credenciamento/Procuração;

ANEXO III – Modelo de Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e idoneidade;

ANEXO IV – Declaração de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do Art.7º da Constituição da República;

ANEXO V – Minuta do Termo de Colaboração;

ANEXO VI – Roteiro para Elaboração da Proposta de Parceria;

ANEXO VII – Parâmetros para Seleção e Classificação do Programa de Trabalho;
Modelo de declaração relativa à contratação de Servidores Públicos.

ANEXO VIII – Matriz de Avaliação para Julgamento e Classificação das Propostas;

ANEXO IX – Termo de Permissão de Uso;

ANEXO X – Modelo de Declaração relativa à contratação de Servidores Públicos;

ANEXO XI – Modelo de Declaração de Visita Técnica;

ANEXO XII – Modelo de Declaração de “Não Visita Técnica”.

ANEXO XIII – Modelo de Declaração que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 4 do presente Edital

2. DA DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTO, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

2.1. As Organizações da Sociedade Civil que tiverem interesse em participar do Chamamento Público nº 004/2022, deverão retirar o presente edital e seus anexos no protocolo da Fundação Municipal de Saúde, na Avenida São Gonçalo, nº100, Boa Vista, a partir da data de publicação do presente edital, das 10:00 às 16:00 horas, de segunda à sexta.

2.2. Os pedidos de esclarecimentos relativos ao presente procedimento deverão ser enviados ao Presidente da Comissão Técnica de Elaboração de Edital, instituída pela Portaria nº 013/FMS/2022,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

publicada no D.O.E. do Município em 17/02/2022, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

2.3. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior daquele designado para realização da sessão pública e divulgados, para conhecimento dos demais interessados, no Diário Oficial do Município.

2.4. Poderá ser promovida Impugnação ao Edital por qualquer cidadão dentro do prazo legal de até 05 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para apresentação dos envelopes. Caso a impugnação seja apresentada por interessado, este prazo se amplia para 02 (dois) dias úteis anteriores à data limite de apresentação das propostas.

2.5. A impugnação do edital deverá ser dirigida ao Presidente da Comissão Técnica de Elaboração de Edital, indicando o número do Chamamento Público e do Processo Administrativo, assim como o telefone e o e-mail do impugnante, e responsável para contato.

2.6. A Comissão de Técnica de Elaboração de Edital decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 horas, publicando sua decisão em Diário Oficial.

2.7. As razões recursais escritas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão de Seleção e entregues na sede da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, no setor de protocolo, no horário de 09h 00min a 17h 00min, localizada à Avenida São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista- São Gonçalo/RJ, CEP: 24466-970:

- i. Ao final da sessão e declarada a vencedora do certame pelo Presidente da Comissão de Seleção, qualquer participante poderá manifestar imediatamente e motivadamente a intenção de interpor recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos, a contar da publicação no Diário Oficial do município de São Gonçalo/RJ, para apresentar por escrito suas razões recursais, ficando as demais participantes, desde logo, intimadas para, se desejarem, apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo assegurada a vista imediata dos autos do Chamamento Público aos interessados;
- ii. Não serão aceitas razões recursais escritas encaminhadas por serviço postal, correio eletrônico ou fax, sendo para todos os fins consideradas como não apresentadas;
- iii. A Comissão de Seleção terá o prazo de até 3 (três) corridos para apresentar a decisão do recurso interposto pelo(s) interessado(s)

3. DA DATA, DO LOCAL E DO HORÁRIO

3.1. A entrega dos envelopes A e B ocorrerão obrigatoriamente no dia 06/05/2022, das 10:00h às 11:00h, no auditório da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, localizada à Avenida São Gonçalo, n.º 100, G2, Boa Vista- São Gonçalo/RJ, CEP: 24466-970.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que atenderem às exigências constantes deste Edital, que funcionem sem realizar subdelegação para execução de quaisquer de suas atividades-fim e possuam normas de organização interna que prevejam, expressamente:

4.1.1. objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

4.1.2. que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da Organização extinta;

4.1.3. escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

4.1.4. que possuam existência legal, no mínimo, de 12 (doze) meses, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; experiência prévia mínima de 12 (doze) meses na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; e instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

4.2. As organizações religiosas e as sociedades cooperativas são dispensadas da comprovação dos subitens 4.1.2 e 4.1.3;

4.3. Estão impedidas de participar deste Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil que:

4.3.1. Não estejam regularmente constituídas ou, se estrangeiras, não estejam autorizadas a funcionar no território nacional;

4.3.2. Estejam omissas no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

4.3.3. Tenham como dirigente membro de Poder Público ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o Termo de Colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

4.3.4. Tenham tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se:

4.3.4.1. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 4.3.4.2. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- 4.3.4.3. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;
- 4.3.5. Tenham sido punidas com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
- 4.3.5.1. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- 4.3.5.2. Declarações de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- 4.3.5.3. Suspensões temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou Termo de Colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
- 4.3.5.4. Declarações de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar parceria ou Termo de Colaboração com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.
- 4.3.6. Tenham tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- 4.3.7. Tenham entre seus dirigentes pessoa:
- 4.3.7.1. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- 4.3.7.3. Julgadas responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- 4.3.8. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.
- 4.4. Não será permitida a participação de Organização da Sociedade Civil (OSC) que possua em sua diretoria pessoas que participem da diretoria de outra organização da sociedade civil que possua Termo de Colaboração ou de Fomento vigente celebrado com a Administração Municipal.
- 4.5. Não será permitida a participação de mais de uma Organização da Sociedade Civil sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas.

5. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

5.1 No local, data e hora estabelecidos no subitem 3.1, as Organizações da Sociedade Civil interessadas neste Chamamento Público apresentarão os documentos e as propostas exigidos no presente Edital em 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, constando obrigatoriamente da parte externa de cada um as seguintes indicações:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ENVELOPE "A" - PROPOSTA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO CP - FMS Nº 004/2022

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]

ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMAMENTO PÚBLICO CP - FMS Nº 004/2022

[NOME COMPLETO E ENDEREÇO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL]

6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS

6.1. Os documentos dos ENVELOPES "A" – PROPOSTA, e "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, serão apresentados na forma estabelecida nos itens a seguir.

6.1.1. A proposta constante do ENVELOPE "A" será apresentada de acordo com o roteiro estipulado no item 10 deste Edital, sendo de exclusiva responsabilidade da organização da sociedade civil proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração após sua entrega à Comissão de Seleção, na forma do item 5 deste Edital, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.1.2. Não assistirá à proponente qualquer direito autoral sobre a proposta apresentada, podendo o Município de São Gonçalo utilizá-la para atingir os objetivos previstos no Termo de Colaboração objeto deste certame ou de outros que venha a realizar.

6.2. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, modificações ou substituições da proposta ou de quaisquer documentos, uma vez entregues os envelopes na forma do subitem 5.1.

6.3. As Organizações da Sociedade Civil participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O Município de São Gonçalo, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos realizados no Chamamento Público ou os resultados dele decorrentes.

6.4. A Comissão de Seleção poderá requisitar, a qualquer tempo, a via original dos documentos exigidos neste Edital.

6.5. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase do Chamamento Público, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior do documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

6.6. Os documentos exigidos no ENVELOPE "B" - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - poderão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, e rubricados pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil, ou seu agente credenciado, e acompanhados das respectivas certidões de publicação no órgão da imprensa oficial, quando for o caso. As folhas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

da documentação serão numeradas em ordem crescente e não poderão conter rasuras ou entrelinhas. Na hipótese de falta de numeração, numeração equivocada ou ainda inexistência de rubrica do representante legal ou agente credenciado nas folhas de documentação, poderá a Comissão de Seleção solicitar a quem tenha poderes para tanto que sane a incorreção. Em caso de descumprimento das formalidades acima por falta de representante legal ou agente credenciado, bem como sua recusa em atender ao solicitado, a Organização da Sociedade Civil será inabilitada.

6.7. Somente será avaliada a documentação de habilitação da Organização da Sociedade Civil que apresentar a melhor proposta. O ENVELOPE "B" – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – das demais Organizações da Sociedade Civil ficará em poder da Comissão de Seleção até a assinatura do Termo de Colaboração pela Organização da Sociedade Civil vencedora do certame, momento em que sua retirada pelos representantes será permitida. Caso tais documentos não sejam retirados até 5 (cinco) dias úteis após a publicação do extrato do Termo de Colaboração, no D.O. Rio, estes serão destruídos.

7. DA VISITA TÉCNICA:

7.1. É facultado às Organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Processo de Chamamento Público nº 004/2022, realizar visita técnica, o que será feito mediante prévio agendamento realizado de forma presencial por intermédio da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, sendo responsável pelo agendamento o setor de protocolo da Fundação Municipal de Saúde. A visita técnica será conduzida por servidor designado pelo Presidente da Fundação Municipal de Saúde.

7.2. As visitas técnicas poderão ser realizadas de segunda a sexta-feira, nos horários compreendidos entre 10h00minh à 12h00minh e 13h30minh À 16h00minh, em até cinco dias úteis anteriores à data da sessão pública.

7.3. Na ocasião da visita, o representante da Organizações da Sociedade Civil, deverá estar munido de Procuração, documento pessoal de identificação original e cópia autenticada em serviço notarial, bem como, o comprovante de marcação de visita técnica.

7.4. A visita técnica **não é obrigatória**, mas tem a finalidade de garantir o pleno conhecimento do local onde os serviços serão prestados, a fim de conferir tanto as condições gerais do imóvel, quanto dos materiais, móveis, demais equipamentos que integrarão o presente Termo de Colaboração e demais detalhes pertinentes.

7.5. A comprovação da visita técnica será feita através de Declaração de Visita Técnica, emitido pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, conforme disposto no (ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA).

7.6 Caso a concorrente não realize a visita técnica, seu representante legal deverá assinar declaração renunciando o direito à visita técnica, e emitir **DECLARAÇÃO QUE CONHECEU AS CONDIÇÕES LOCAIS DO OBJETO**, conforme disposto no (ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE "NÃO VISITA TÉCNICA").



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. O ENVELOPE “B” – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – deverá conter todos os documentos especificados nos **itens: 8 (DA HABILITAÇÃO) e 9 (DA CAPACIDADE TÉCNICA)**, a seguir:

8.1.1. Certidão de existência jurídica expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou cópia autenticada do Estatuto da organização da sociedade civil, registrado e com eventuais alterações. Em se tratando de Universidade deverá constar também declaração emitida pelo respectivo Conselho Universitário ou Conselho Superior de Ensino e Pesquisa aprovando a execução do objeto do presente Chamamento Público.

8.1.2. Cópia da Ata de Eleição da Diretoria com mandato vigente, registrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

8.1.3. Certidão de Regular Funcionamento das Fundações, expedida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na forma do Decreto Municipal n.º 32.318/2010, se a Organização da Sociedade Civil participante for uma Fundação.

8.1.4. Prova de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.1.5. Comprovação de que possui no mínimo 12 (doze) meses de existência, através de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.1.6. Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, de cada um deles, juntamente com as cópias dos respectivos documentos de identidade e CPF.

8.1.7. Cópia de documento que comprove que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado.

8.1.8. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.9. A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais e da Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e/ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional –PGFN;

8.1.10. Ato Declaratório de Isenção do INSS (Art. 308 da Instrução Normativa INSS/DC Nº 100 de 18.12.2003), caso a Organização da Sociedade Civil seja isenta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

8.1.11. A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a Organização da Sociedade Civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

8.1.12. A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da Organização da Sociedade Civil será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo da Dívida Ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a organização da sociedade civil, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

8.1.13. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS;

8.1.14. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

8.1.15. Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) ativo em nome do proponente, conforme instituído pela Portaria MS/SAS nº 511, de 29 de dezembro de 2000;

8.1.16. Atestado (s) de Capacidade Técnica ou qualquer outro documento hábil, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a interessada tenha prestado serviços análogos ou compatíveis ao objeto pretendido para rede pública de saúde, experiência mínima de 12 (doze) meses;

8.1.17. Possuir Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo órgão fiscalizador competente, em nome do proponente da licitação e validade prevista em Lei, devidamente publicado;

8.1.18. Possuir estrutura técnica, adequada, legalmente constituída e integrada por equipe mínima, com profissionais habilitados, com registro em órgão de classe para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto;

8.1.19. Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica – Conselho Regional de Medicina, ou Conselho Regional de Biomedicina e do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro;

8.1.20. Balanço Patrimonial comprovando a boa situação financeira;

8.1.21. Ter sede própria comprovada em escritura em cartório por mais de 5 (cinco) anos, e comprovação que a sede esteja em funcionamento com a atividade compatível com o objeto;

8.1.22. Possuir em vigor 3 ou mais contratos de gerenciamento ou operacionalização de unidades com outros municípios e/ou Estado do Rio de Janeiro;

8.1.23. Declaração de que a Organização da Sociedade Civil não possui em seu quadro nenhum funcionário que ocupe ou tenha ocupado cargo integrante do 1º ou 2º escalão da Administração Pública Municipal de São Gonçalo, nos últimos 12 (doze) meses, (Anexo X).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

8.1.24. Declaração do representante legal de que a Organização da Sociedade Civil não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 4 do presente Edital (Anexo XIII).

8.1.25. Certidões negativas de falência ou insolvência civil ou recuperação judicial ou extrajudicial expedidas pelo Distribuidor da sede da Organização da Sociedade Civil. Para as entidades sediadas no Município do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição e pelos 1º e 2º Ofícios de Interdições e Tutelas. As entidades sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e recuperação judicial ou extrajudicial. Não serão aceitas certidões com validade expirada ou passadas com mais de 90 (noventa) dias contados da efetiva pesquisa do Cartório em relação à data da realização do Chamamento Público.

8.2. Os documentos necessários à habilitação da Organização da Sociedade Civil farão parte integrante do processo administrativo e poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou ainda em cópias acompanhadas dos respectivos originais, de modo a permitir a autenticação, por servidor municipal lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no momento da sessão pública.

8.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões exigidos neste Edital não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há no máximo 90 (noventa) dias contados até a data da apresentação dos Envelopes “A” e “B”.

9.DA CAPACIDADE TÉCNICA

9.1. A Organizações da Sociedade Civil interessada em participar do processo licitatório deverá comprovar capacidade técnica na área de execução do fornecimento do objeto deste Plano de Trabalho, com a apresentação dos seguintes documentos:

9.1.2. Apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa proponente tenha fornecido os serviços definidos nos itens deste PLANO DE TRABALHO;

9.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Termo de Colaboração ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução;

9.1.4. Justificam-se estes critérios técnicos obrigatórios de habilitação de forma a assegurar o mínimo de capacidade da empresa interessada, para cumprimento das obrigações contratuais estritamente relacionados com o objeto deste Plano de Trabalho, sem comprometer a competitividade do certame;

9.1.5. O(s) atestado(s) deve(m) conter elementos suficientes para a comprovação da prestação dos serviços semelhantes pela proponente, bem como conter o nome (razão social), CNPJ e endereço



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

do emissor e da OSC, caracterização do fornecimento dos itens, local do fornecimento, nome e cargo do responsável pela emissão do atestado e dados de contato, com o qual o Município possa manter contato com os declarantes, para fins de comprovação da sua legitimidade e eventual realização de diligência;

9.1.6. Para efeitos de análise da empresa vencedora, a proponente deverá apresentar documentos que atestem sua qualificação econômico-financeira, como também, jurídica-fiscal, nos termos da legislação que rege o processo licitatório;

9.1.7. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente da sede do licitante ou do local onde ocorre a prestação dos serviços. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação (Resolução da Diretoria Colegiada-RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014, e Resolução SES Nº 1.058, de 06 de novembro de 2014), documento emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer;

9.1.8. Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM;

9.1.9. Registro do responsável técnico da empresa no CRM;

9.1.10. Currículo do(s) colaborador(es) da empresa, comprovando a especialização na área de gestão hospitalar ou similar;

9.1.11. Atestado de Visita comprovando que a Organização da Sociedade Civil tomou conhecimento mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor de sua proposta:

9.1.12. A visita técnica será facultada, sendo obrigatória ao participante que optar por não realizar a visita técnica apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, que é de total responsabilidade da OSC a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua opção por não realizar a vistoria, não cabendo a alegação de desconhecimento de qualquer fato que poderia ser verificado mediante a realização de visita técnica como motivo para qualquer reivindicação que não esteja prevista no edital e no respectivo Termo de Colaboração assinado entre as partes, devendo cumprir fielmente todas as determinações firmadas por força do presente certame.

9.1.13. O objeto social da empresa deverá ser compatível com o escopo dos serviços licitados.

10. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCERIA

10.1. É a demonstração do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da Unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto deste Edital, devendo restar demonstrada a viabilidade técnica e a estimativa das despesas referentes à execução das atividades propostas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

10.2. Não serão aceitos programas de trabalho encaminhados por e-mail ou pelo correio, sendo que os programas de trabalho entregues através de meio eletrônico/digital não substituem a versão impressa;

10.2.1. É obrigatória a utilização dos modelos de formulários apresentados como anexos, assim como é obrigatório o preenchimento de todos eles, sob pena de desclassificação do programa de trabalho;

10.3. A desconformidade aos padrões e documentações exigidas por este Edital incorrerá na desclassificação do programa de trabalho apresentado. É imprescindível apresentação de todos os itens previstos, na sequência estabelecida e com a devida identificação;

10.4. A Proposta de Parceria deverá ser elaborada tendo como base as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observados os seguintes requisitos:

10.4.1. O Programa de Trabalho, encabeçado por índice relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, será apresentado em 01 (uma) via numerada e rubricada, sem emendas ou rasuras, digitados em língua portuguesa com clareza, entrelinhas para fins de apreciação quanto ao roteiro previsto no Anexos VI, parâmetros para pontuações previstos no Anexo VII, contemplando as seguintes áreas de avaliação:

C1 – Organização das Atividades;

C2 – Qualidade;

C3 – Experiência e Responsabilidade Técnica e

C4 – Experiência em Gestão Hospitalar/Urgência e Emergência ou Ambulatorial, bem como conter os elementos abaixo indicados:

10.4.1.1. Número do Edital de Seleção e o Objeto do mesmo;

10.4.1.2. Apresentação da Organização da Sociedade Civil;

10.4.1.3. Proposta de incremento de metas operacionais, além das estabelecidas no Anexo I, indicativas de eficiência e qualidade do serviço, do ponto de vista econômico, operacional e administrativo e os respectivos prazos e formas de execução;

10.4.1.4. Indicadores adequados de desempenho, qualidade, produtividade, econômico-financeiros e de expansão, na prestação dos serviços autorizados;

10.4.1.5. Especificação de orçamento por meio de apresentação da Planilha de Despesas de Custeio e Investimento para execução do Programa de Trabalho;

10.4.1.6. A Organização da Sociedade Civil deverá entregar dentro do envelope B a Ata com a aprovação da Proposta de Parceria pelo Conselho de Administração da entidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

10.5. Comprovação de experiências anteriores, pertinentes e compatíveis com o objeto, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, indicando local, natureza, volume, qualidade e cumprimento de prazos que permitam avaliar o desempenho da Organização da Sociedade Civil;

10.6. Para fins de validade dos documentos comprobatórios entendem-se por compatibilidade com o objeto licitado aqueles serviços prestados em pronto atendimento em clínicas e/ou hospitais, públicos ou privados.

10.7. A não apresentação da documentação indicada nos itens anteriores implicará na desclassificação do participante do processo seletivo.

11. VALIDADE DA PROPOSTA DE PARCERIA

11.1. Fica estabelecida a validade mínima da proposta por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do seu recebimento pela Comissão de Seleção;

11.2. É obrigatório por parte da Comissão de Seleção, a verificação de autenticidade dos documentos apresentados, sendo facultado a realização de diligência e/ou quaisquer meios disponíveis.

12. SELEÇÃO DAS PROPOSTAS DE PARCERIA

12.1. A análise dos elementos da Proposta de Parceria será efetuada pela Comissão de Seleção;

12.2. Serão desclassificadas as Organizações da Sociedade Civil cujas Propostas de Trabalho não atendam às especificações técnicas constantes nos anexos do presente Edital;

12.3. A classificação das Propostas de Trabalho obedecerá aos parâmetros constantes nos Anexos VI, VII e VIII deste Edital;

12.4. O Presidente da Fundação Municipal de Saúde publicará o resultado do processo seletivo, com o nome do participante vencedor;

12.5. É facultada à Comissão ou ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde, em qualquer fase do processo de seleção, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originariamente da proposta.

12.6. Caso todas as Propostas de Trabalho sejam desclassificadas, a Comissão de Seleção poderá fixar às Organizações da Sociedade Civil participantes o prazo de 08 (oito) dias para a apresentação de novas propostas.

13. DAS ETAPAS DO CHAMAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

13.1. No dia e hora definidos da Cláusula 03 acima, reunida a Comissão de Seleção, serão credenciados os representantes das Organização da Sociedade Civil e entregues os documentos mencionados na Cláusula 08 (HABILITAÇÃO) e na cláusula 10 (PROPOSTA) deste edital.

13.2. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não inabilitará a Organização da Sociedade Civil participante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela Organização da Sociedade Civil nas sessões públicas relacionadas ao presente Chamamento.

13.3. Após o credenciamento das Organizações da Sociedade Civil concorrentes, serão recebidos os Envelopes; “A” e “B”, pela Comissão de Seleção, nos termos do presente edital;

13.4. Após a recepção dos envelopes “A” e “B”, na presença dos representantes das Organização da Sociedade Civil e dos demais interessados presentes ao ato público, a Comissão de Seleção, dará início à abertura dos envelopes, momento em que, não mais serão aceitas quaisquer documentações ou propostas de outras Organização da Sociedade Civil Filantrópicas;

13.5. Após a entrega dos envelopes “A” e “B” não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

13.6. Os envelopes, “A” e “B” serão abertos e todos os seus documentos serão rubricados pelos representantes presentes na sessão;

13.7. A análise dos documentos constantes nos envelopes “A” e “B” será feita pela Comissão de Seleção em reunião reservada. Para essa análise, a Comissão poderá recorrer a assessoramento técnico, jurídico e econômico, quando achar necessário.

14. DA POSTURA

14.1. Por lei é CRIME desacatar funcionário público no exercício da sua função, conforme dispõe o Código Penal Nacional:

Art. 331. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

15. DO CREDENCIAMENTO

15.1. Para o Credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal: cópia do estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, juntamente com a Ata de Eleição da Diretoria vigente, se for o caso, registrado na junta comercial, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura ou Termo de Credenciamento de acordo com modelo estabelecido nos anexos deste Edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- b) Tratando-se de procurador: a **procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida**, da qual constem dentre outros poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhados do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) Tratando-se de representante legal e/ou procurador: **documento oficial com foto** (original e cópia).
- d) Os interessados deverão entregar a **Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Idoneidade** (ANEXO III), documento obrigatório.
- e) Cartão de **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**.
- f) Os documentos acima mencionados deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Seleção no início da seção descrita na Cláusula 3 acima, até às 10:30hs da manhã.
- g) - Apresentação, de forma avulsa, as alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g", sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

16.1. Os recursos necessários à contratação correrão a conta do(s) Programa(s) de Trabalho(s), Natureza de Despesa(s) e Fonte(s) de recurso(s) abaixo descritas:

Programa de Trabalho (PT): 23.051.10.302.2044.2123

Natureza de Despesa (ND): 33.90.39.00

Fonte de Recurso (FR): 47 – Concessão (CEDAE)

16.2. O preço total estimado pela Secretaria Municipal de Saúde para o objeto desta CHAMAMENTO PÚBLICO N° 004/2022, para o prazo contratual de 12 (doze) meses é de **R\$43.926.798,48 (quarenta e três milhões, novecentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos)**, conforme os valores constantes da PLANILHA DE CUSTO TOTAL – ANEXO IV do Plano de Trabalho.

17. DO PRAZO, FORMAS DE EXECUÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

17.1. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no órgão ou entidade.

17.1.1. O prazo da execução do objeto ora selecionado é de 12 (doze) meses, tendo início a partir da publicação do extrato do Termo de Colaboração no Diário Oficial do Município de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

17.1.2. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) A OSC deverá realizar o serviço em espaço físico e mobiliário disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, situado no Município de São Gonçalo, situado na Rua Nestor Pinto Alves, sem nº – Vila Três - São Gonçalo RJ.
- b) O Município concederá a cessão de uso do espaço físico, dos mobiliários e dos equipamentos que estiverem compondo a Policlínica do Vila Três.
- c) O Contratado arcará com as despesas de manutenção do gerador, Internet, telefonia, coleta, transporte e tratamento de resíduos e equipamentos de segurança.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL CONVENIADA

18.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Plano de Trabalho, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à prestação mensal do serviço.

18.2. Prestar garantia nos termos estabelecidos neste Plano de Trabalho;

18.3. Prestar esclarecimentos à Secretaria Municipal de Saúde, precisamente, à Coordenação do serviço, e sujeitar-se às orientações dos fiscais do Termo de Colaboração;

18.4. Relatar à FUNDAÇÃO, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, irregularidades ocorridas que impeçam, altere ou retardem a execução do Termo de Colaboração, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas;

18.5. A OSC é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;

18.6. É vedado à OSC caucionar ou utilizar o Termo de Colaboração para quaisquer operações financeiras;

18.7. É vedado à OSC reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito da FUNDAÇÃO;

18.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Plano de Trabalho ou na minuta de Termo de Colaboração;

18.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, hospedagem, alimentação, prestação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Termo de Colaboração;

18.10. Realizar a manutenção preventiva e corretiva integral de todos os equipamentos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo, mais não se resumindo, às suas partes, peças, cabos, ampolas e demais equipamentos constantes na Policlínica do Vila Três, assim como mobiliário de escritório, cadeiras de espera, computadores, dentre outros constantes na referida Policlínica.

18.11. Quaisquer danos aos bens de propriedade da FUNDAÇÃO que estiverem sob a guarda da OSC serão de responsabilidade desta, podendo o Município, em caso de não reposição ou de conserto em tempo hábil, descontar o valor do bem da garantia prestada;

18.12. Utilizar o mesmo sistema de gestão, regulação e prontuário eletrônico implantado pela Secretaria Municipal de Saúde;

18.13 Realizar a aquisição de computadores, monitores das salas de espera, totem de senha eletrônica, impressoras e tudo mais que for necessário para implantação do sistema de gestão, regulação e prontuário eletrônico implantado, conforme item acima;

18.14. Responsabilizar-se pela geração e registro das informações necessárias à realização do faturamento, de acordo com as definições das normativas do SUS, mantendo atualizados, mensalmente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, sendo que o faturamento seguirá as normas operacionais do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação Municipal;

18.15. Fornecer e montar a infraestrutura no local de prestação do serviço, devendo fornecer o hardware e o software para PACS/RIS (Picture Archiving and Communication System/Radiology Information System), que consiste no banco de dados do Sistema de Informação em Radiologia integrado ao Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens, bem como todo o material de escritório, redes, cabeamento de dados, internet e demais acessórios adequados e necessários à perfeita execução do serviço;

18.16. Implantar e manter as normas de Proteção Radiológica junto aos seus funcionários, conforme a Portaria SVS/MS nº 453, de 1º de junho de 1998, e demais normas pertinentes;

18.17. Realizar armazenamento e back-ups dos exames realizados, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007, no Parecer nº 10/2009 e na Resolução nº 2.218/2018, ambas do Conselho Federal de Medicina;

18.18. Zelar pelo bom uso e guarda dos impressos, materiais e móveis colocados à sua disposição, respondendo pelas despesas necessárias para sua reparação quando forem apurados danos decorrentes de uso ou conservação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

18.19. Obedecer a todos os protocolos estabelecidos pelo Município e sua Regulação ou outro que venha substituí-lo, desde a solicitação e realização de exames, emissão dos laudos e a entrega final dos resultados;

18.20. Controlar o resíduo de saúde gerado durante a prestação dos serviços, conforme legislação em vigor e se responsabilizar pelo descarte do lixo produzido;

18.21. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente aos equipamentos instalados na unidade, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pelo Município.

18.22. Apresentar sempre que solicitado:

- a) Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador, prestando ou que tenha prestado serviços relativos ao presente Termo de Colaboração, assinados pelos mesmos;
- b) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, dos trabalhadores que estejam prestando ou que tenham prestado serviços no referido Termo de Colaboração;
- c) Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador, prestando ou que tenha prestado serviços no referido Termo de Colaboração, em caso da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;
- d) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços no referido Termo de Colaboração;
- e) Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados estejam, ou estiveram prestando serviço no referido Termo de Colaboração;
- f) Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, CND Fazenda Nacional e CNDT;
- g) Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento;
- h) Cópia da SEFIP, por tomador, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços no referido Termo de Colaboração;

18.23. Realizar aquisição de insumos específicos do atendimento ao paciente, gestão e logística para a Policlínica do Vila Três;

18.24. Realizar contratação e gestão dos profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade, conforme Anexo II ao Plano de Trabalho;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 18.25. Realizar os procedimentos e serviços do presente Plano de Trabalho na unidade Vila Três, operação dos equipamentos, entrega do relatório médico de exames e aquisição de insumos e/ou medicamentos necessários conforme determinar o edital;
- 18.26. Prestar o serviço com equipe composta por profissionais especializados para os devidos serviços contratados, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente.
- 18.27. Proceder à realização dos exames e seus respectivos laudos, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção;
- 18.28. Fornecer todos os impressos e materiais de consumo específico, tais como: documentações radiológicas, materiais de administração, de enfermagem, medicamentos específicos, descartáveis e impressos necessários para a prestação de serviços;
- 18.29. Obedecer à padronização estabelecida pelo Município para o layout das instalações de recepção, registro, abrigo e espera dos pacientes, bem como todos os impressos inerentes ao serviço e/ou entregues aos pacientes, sendo vedada a colocação de quaisquer logomarcas ou símbolos diferentes do estabelecido pela Município;
- 18.30. Responsabilizar-se pela guarda dos pedidos médicos juntamente com os laudos para posterior fiscalização e controle da Secretaria Municipal de Saúde;
- 18.31. Disponibilizar diretamente ao paciente a documentação de todos os exames de Imagem na forma de CD ou mídia equivalente;
- 18.32. Disponibilizar o laudo dos exames realizados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após sua realização. Caso os exames não sejam disponibilizados no prazo previsto, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser notificada conforme previsão legal;
- 18.33. A OSC deverá disponibilizar os laudos dos exames realizados através da internet, sem prejuízo da entrega da mídia com as imagens diretamente ao paciente, imediatamente após a realização do exame;
- 18.34. Submeter os resultados de todos os exames à revisão de laudo por médico com Título de Especialista pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, antes de sua liberação;
- 18.35. Transmitir as imagens em formato DICOM 3.0, ou semelhante;
- 18.36. Garantir que a transmissão remota dos exames, seja por banda larga ou satélite, conforme resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.890/2009;
- 18.37. Manter o armazenamento e guarda dos exames, laudos e prontuário e seus back-ups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007, no Parecer nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

10/2009 e na Resolução nº 2.218/2018, ambas do Conselho Federal de Medicina, ficando determinado que ao encerramento do Termo de Colaboração, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a FUNDAÇÃO, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional;

18.38. Providenciar a correta ligação dos equipamentos à rede de energia local, em ponto previamente disponibilizado pela FUNDAÇÃO;

18.39. Comprometer-se a preencher toda a documentação referente ao atendimento prestado ao paciente, bem como os documentos necessários ao processo de faturamento, pelo Município, junto ao SUS;

18.40. Garantir que sejam adotadas as normas da Política Nacional de Humanização e orientações da Secretaria Municipal de Saúde, centrando as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos pacientes, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;

18.41. Fornecer:

- a) Materiais médicos, insumos relacionados ao atendimento do paciente e instrumental adequado;
- b) Exames de imagem;
- c) Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;
- d) Engenharia Clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento da unidade;
- e) Uniformes no padrão estabelecido;
- f) Vigilância desarmada;
- g) Lavanderia;
- h) Limpeza;
- i) Manutenção Predial e Conforto Ambiental;
- j) Coleta, transporte e tratamento de resíduos;
- k) Serviços Médicos Especializados.

18.42. Implantar Diretrizes Clínicas, Normas, Rotinas Básicas e Procedimentos, desde o início das atividades, de acordo com os seguintes preceitos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- a) Centrar as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;
- b) As rotinas técnicas e assistenciais, bem como a qualidade dos materiais e insumos a serem utilizados na unidade deverão ter aprovação pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Revisar e ajustar, após a implantação, as diretrizes clínicas, normas, rotinas básicas e procedimentos, sempre que houver alterações que envolvam novas tecnologias, incremento ou desativação de serviços ou alterações na estrutura organizacional;

18.43. METAS DE PRODUÇÃO

18.43.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve realizar mensalmente o volume de procedimentos estimado, conforme ANEXO I ao Plano de Trabalho;

18.43.2. Tal quantitativo refere-se à produção estimada a ser realizada no equipamento, levando-se em conta as informações técnicas do fabricante e a média de produção de equipamentos semelhantes. A produção pode variar, de acordo com a média de exames/dia produzidos, a demanda do serviço e o tipo do exame a ser realizado;

18.43.3. O critério de medição de serviço é o número de exames devidamente laudados e entregues ao município, comprovados através de relatório que conste o nome dos pacientes, os exames realizados, a data de realização do exame e o número do documento de identificação (cartão SUS, CPF, Identidade, etc.);

18.43.4. A realização das consultas será por demanda da Subsecretaria de Regulação e serão aceitos somente pacientes encaminhados pelo sistema de regulação;

18.43.5. Caso ocorram mais procedimentos e/ou exames encaminhados por necessidade da Regulação, esses serão pagos pelo valor da tabela SUS (SIGTAP). O valor dos procedimentos excedentes não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite máximo de 25% do valor do Termo de Colaboração, no que refere acréscimos ou supressões;

18.43.6. A variação da produção será analisada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação de glosa;

18.43.7. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá encaminhar mensalmente ao Município relação nominal com número do documento de identificação dos pacientes que realizaram exames, consultas ou procedimentos no período, contendo descrição dos procedimentos realizados de acordo com tabela SIGTAP/SUS.

18.44. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

18.44.1. A OSC deverá garantir e prover, nos casos em que couber, a assistência técnica durante todo o período de execução dos serviços, devendo resolver os problemas identificados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para os reparos eventuais.

18.45. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA LOCAÇÃO

18.45.1. É lícita a subcontratação, em qualquer caso, dos serviços acessórios ao Termo de Colaboração, tais como: Serviço de Alimentação e Dietética, Serviço de Processamento da Roupa, Serviço de Higienização e Limpeza, Vigilância, Manejo e Destinação de Resíduos, Serviço de Análises Clínicas, Manutenção e Engenharia Clínica, Gases Medicinais, Transporte Sanitário, Serviços Médicos e Odontológicos, Serviços de Sistemas de Informática;

18.45.2. As subcontratações terão que ser encaminhadas para o conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

18.45.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá realizar a locação dos equipamentos previstos no Anexo III ao Plano de Trabalho para o atendimento do objeto deste edital, desde que atenda às metas quantitativas e qualitativas previstas no Termo de Colaboração, assim como no Edital e seus anexos.

19. NA DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DEVERÁ

19.1. Apresentar declaração de que possui estrutura técnica, adequada, legalmente constituída e integrada por equipe mínima, com profissionais habilitados, com registro em órgão de classe para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto, tudo a ser comprovado no ato de assinatura do Termo de Colaboração.

19.2. Apresentar Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo órgão fiscalizador competente, em nome do proponente da licitação e validade prevista em Lei.

20. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

20.1. Proporcionar o suporte e a adoção de providências indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

20.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado no Termo de Colaboração, desde que sejam observadas as respectivas condições contratuais;

20.3. Aplicar as sanções necessárias, conforme previsto no Plano de Trabalho;

20.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Plano de Trabalho e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

20.5. Comunicar à OSC, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido;

20.6. A FUNDAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela OSC com terceiros, ainda que vinculados à execução do respectivo Termo de Colaboração, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da OSC, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

21.1. A comissão de monitoramento e avaliação da parceria realizada através do Termo de Colaboração será composta pelos seguintes representantes: 03 (três) da Secretaria Municipal de Saúde, sendo 01 (um) deles servidor público;

21.2. As atribuições desta comissão serão a de monitorar e avaliar a parceria celebrada com ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL mediante o respectivo Termo de Colaboração, principalmente no tocante as metas quantitativas e qualitativas apresentadas no referido instrumento, no presente edital e no Plano de Trabalho e seus anexos;

21.3. A composição da comissão de monitoramento e avaliação e posterior alteração a esta deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município de São Gonçalo;

21.4. Não poderá fazer parte da comissão de monitoramento e avaliação o representante que pertencer simultaneamente aos quadros de funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo ou da Fundação Municipal de Saúde do Município e da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

21.5. Os representantes da comissão de monitoramento e avaliação não serão remunerados por esta atividade e deverão se reunir trimestralmente, conforme data estipulada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo;

21.6. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fica obrigada a fornecer à comissão de monitoramento e avaliação todos os documentos e informações necessárias à avaliação do cumprimento das metas fixadas no Termo de Colaboração, no presente edital e no Plano de Trabalho e seus anexos, sempre respeitando as limitações impostas pelos Conselhos Técnicos Federais e Regionais;

21.7. A Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo deverá elaborar ata constando o resumo e assinatura de todos os representantes presentes;

21.8. As metas que a comissão de monitoramento e avaliação entender que necessitam de comprovação documental deverá constar em ata, com prazo para apresentação, podendo a Fundação Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo realizar visitas na sede do contratado, a qualquer momento, independente de aviso;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

21.9. O não cumprimento pelo contratado das metas qualitativas pactuadas no Termo de Colaboração, no presente edital e no Plano de Trabalho e seus anexos implicará em descontos no repasse financeiro;

21.10. A existência da comissão de monitoramento e avaliação mencionada nesta cláusula não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Nacional de Auditoria (federal, estadual, municipal).

22. DAS OBRIGAÇÕES DE CARATER GERAL

22.1. A OSC deverá realizar provisões referentes aos valores destinados aos pagamentos dos encargos trabalhistas decorrentes de mão-de-obra dos profissionais contratados para prestar os serviços de forma contínua (empresas terceirizadas), os quais serão depositados em conta-depósito específica para tal destinação, os quais serão iguais ao somatório dos valores dos seguintes títulos, apurados mensalmente:

- férias e 1/3 constitucional de férias;
- 13º salário;
- indenização sobre os depósitos do FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa.

a) A OSC deverá prestar contas do provisionamento da obrigação acima sempre que solicitada pela Comissão de monitoramento e avaliação;

b) Como resultado da fiscalização a empresa ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá comprovar ao município a devida utilização dos valores provisionados para pagamento dos encargos trabalhistas referidos no *caput* ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência contratual;

c) O saldo remanescente da conta indicada no item 22.1 será liberado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, no momento do encerramento do Termo de Colaboração, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

23. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

a) Efetuada a entrega, os mesmos serão recebidos:

I. Provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pela secretaria solicitante, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Plano de Trabalho e do Edital, da proposta, da nota de empenho e do Termo de Colaboração. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

II. Definitivamente, pelo responsável, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, para verificação da conformidade dos produtos entregues com as especificações da solicitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- b) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Plano de Trabalho e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- c) A FUNDAÇÃO se reserva o direito de não receber os serviços que estiverem em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.
- d) Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo e consequente aceitação no dia do esgotamento do prazo.
- e) O aceite/aprovação do objeto pelo setor responsável não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas na RELAÇÃO DE ITENS DO PROCESSO.
- f) A eventual reprovação dos produtos, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá a FUNDAÇÃO da aplicação das multas a que está sujeita a OSC.
- g) Correrão por conta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da aquisição do objeto da licitação.
- h) Durante o prazo de vigência do Termo de Colaboração, a OSC fica obrigada a fornecer os produtos ofertados, nas quantidades indicadas pela Secretaria Municipal solicitante em cada “Ordem de Serviço”.

24. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- I A entrega da produção mensal de atendimento ambulatorial deverá ser apresentada de forma digital até o quinto dia do mês subsequente, de acordo com os ditames do Anexo I ao Plano de Trabalho, através do Instrumento de Medição do Serviço (IMS) – o qual deverá receber o aceite da Comissão de Monitoramento e Avaliação para, somente após, a empresa emitir a respectiva Nota Fiscal Eletrônica;
- II A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser entregue até o décimo quinto dia útil de cada mês, e o pagamento será efetuado através de conta bancária, que será informada pela empresa vencedora, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.
- III Juntamente com a Nota Fiscal, a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos relacionados no Anexo I ao Plano de Trabalho.
- IV A nota fiscal deverá chegar para a Secretaria Municipal de Saúde, devidamente atestada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, devendo constar o carimbo e a assinatura do servidor responsável, bem como a data



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

do efetivo recebimento, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos e entrelinhas.

V Após a atestação das Notas Fiscais, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua verificação, observada a ordem cronológica de chegada de títulos, prazo este contado quando da entrada da referida nota no Setor competente.

VI O pagamento será realizado com o integral cumprimento da prestação de serviços constante da nota de empenho emitida pelo Fundo Municipal de Saúde.

VII O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no Termo de Colaboração, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas no chamamento público.

VIII Qualquer pagamento somente será efetuado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL após as conferências da Administração do Fundo Municipal de Saúde, e ainda, se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não tiver nenhuma pendência de débito junto à FUNDAÇÃO, inclusive multa.

IX Fica vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a cessão de créditos às instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

X Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade do serviço prestado com o discriminado na respectiva Nota Fiscal, mediante o aceite pelo Secretário solicitante, e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal.

XI O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva nota fiscal da licitação pela FUNDAÇÃO.

XII As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

XIII O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.

XIV O pagamento será efetuado pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

XV Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, o valor devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

XVI O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente da Fundação, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL dirigido ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

XVII Caso a da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo efetue o pagamento devido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

XVIII Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou inadimplência de cláusulas do Termo de Colaboração, inclusive.

XIX As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome e endereço da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

XX Havendo identificação na Nota Fiscal de cobrança indevida, o fato será informado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado.

XXI A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal, por parte da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.

XXII O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no Art. 73 da Lei de Licitações, observadas ainda os seguintes procedimentos:

a) A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a.1 Do pagamento da remuneração das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §2º e do §4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução de serviços, na contratação de serviços continuados;

a.2 Da regularidade fiscal, constatada de consulta *online* aos sítios eletrônicos oficiais competentes;
e

a.3 Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal que tenha sido paga pela administração.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

XXV – Visando a viabilidade e implantação do serviço público, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo irá antecipar o pagamento da primeira parcela referente ao Termo de Colaboração à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. Esta será descontada após a comprovação da execução do serviço contratado (Quantidade e Qualidade).

Parágrafo Primeiro: o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo: na hipótese de pagamento dos juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente que adotará as providências para verificar se é ou não o caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo Terceiro: a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades previstas no Termo de Colaboração, assim como no Edital e seus Anexos; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

25. DO CANCELAMENTO DO TERMO

25.1. O Termo de Colaboração com a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

25.2. O cancelamento do respectivo Termo de Colaboração poderá ser:

25.2.1. a pedido da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quando esta comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências do Termo pela ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;

25.2.2. Por iniciativa da Prefeitura Municipal de São Gonçalo;

25.2.3. Quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Descumprir as obrigações decorrentes do Termo de Colaboração;
- d) Por razões de interesse públicos, devidamente motivados e justificados.

26. DA REVOGAÇÃO DO TERMO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

26. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

26.1. Na ocorrência de rescisão, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo suspenderá imediatamente todo e qualquer pagamento a ser realizado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, se for o caso, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

27. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. A Administração Municipal poderá impor à Organização da Sociedade Civil, em decorrência de eventual execução da parceria em desacordo total ou parcial com o Plano de Trabalho, com o respectivo Termo de Colaboração e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II acima.

28. DO TERMO DE PARCERIA

28.1. As obrigações, decorrentes deste Edital, consubstanciar-se-ão na formalização do Termo, conforme ANEXO V.

28.2. A participação neste processo de seleção implica na sua aceitação integral e irretratável dos termos, cláusulas, condições e anexos do Edital, que passarão a integrar o Termo de Colaboração como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo do Edital, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceitas,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

sob quaisquer hipóteses, alegações de seu desconhecimento em qualquer fase do processo de Seleção e execução do Termo de Colaboração;

28.3. O participante selecionado que deixar de comparecer para assinatura do Termo de Colaboração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar de sua convocação, perderá o direito à contratação e poderá, desde que observado o contraditório e a ampla defesa. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo;

28.4. Na ocorrência do estabelecido na sobredita cláusula, poderá a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo convocar os participantes remanescentes do processo de seleção, na ordem de classificação.

28.5. Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os Anexos citados.

28.5.1. - A execução do Termo deverá ser iniciada no prazo máximo de 3 (três) dias, a partir do recebimento, pela Conveniada, da Ordem de Início dos Serviços.

28.5. As responsabilidades da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo estão descritas no Plano de Trabalho – Anexo I deste edital.

28.6. As responsabilidades da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL estão descritas no Plano de Trabalho – Anexo I deste edital.

28.7. Havendo questionamento quanto aos serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que impeça o aceite da finalização dos serviços, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá providenciar medidas saneadoras, para o definitivo aceite.

28.8. A Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo reserva-se ao direito de não emitir o Termo de Aceite dos serviços, se estes estiverem sido executados em desacordo com as especificações constantes deste Edital e em de seus ANEXOS, e de aplicar as sanções cabíveis por descumprimento contratual.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1. A homologação do resultado do presente Chamamento Público não ocasionará direito à celebração de Termo de Colaboração.

29.2. A Organização da Sociedade Civil deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Chamamento Público quando da assinatura do Termo de Colaboração e durante toda a vigência da parceria.

29.3. Para o deslinde das questões porventura ocorridas no Chamamento Público, a Comissão de Seleção da Secretaria Municipal de Saúde observará as regras do presente Edital, a Lei Federal nº



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

13.019/2014 e as normas que informam a atuação da Administração Pública, principalmente os Princípios de Direito Público.

29.4. Ficam as Organizações da Sociedade Civil participantes deste Chamamento Público e seus representantes legais ou agentes credenciados sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis quando praticarem irregularidades que venham ferir as normas deste Edital e aos Princípios de Direito Público.

29.5. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

- (a) ampliação do valor global, no limite máximo de até 30% (trinta por cento);
- (b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- (c) prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
- (d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) termo de apostilamento à parceria para:

- (a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria;

29.6. A Administração Pública Municipal poderá autorizar, após solicitação fundamentada da Organização da Sociedade Civil, por meio de deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria:

- (a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria;

29.7. Sem prejuízo das alterações previstas no item anterior, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da Administração Pública Municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado; e
- (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

29.8 O Edital estará disponível no site <https://www.pmsg.rj.gov.br/>.

29.9 Fica eleito o Foro da Comarca de São Gonçalo /RJ, para dirimir possíveis litígios decorrentes deste procedimento licitatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

O presente Plano de Trabalho tem como finalidade detalhar o interesse e a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil de São Gonçalo (SEMSDC) e da Fundação Municipal de Saúde (FMS) para escolha de Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, para celebração de Termo de Colaboração, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Plano de Trabalho, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Policlínica do Vila Três, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Plano de Trabalho

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Plano é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE**, por meio de **PARCERIA**, que assegure assistência universal e gratuita à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito na Policlínica do Vila Três, Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, nas condições devidamente descritas, caracterizadas e especificadas neste Edital e seus anexos e no Plano de Trabalho, parte integrante do presente Edital.

1.2. Compõem o objeto da parceria a ser realizada, com o objetivo de atingir as metas necessárias ao atendimento da realidade apresentada no Plano e Trabalho constante no Anexo I, as seguintes ações e critérios:

- f) A Prestação gratuita e universal dos serviços de assistência à saúde aos usuários, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- g) A Aquisição, gestão e logística de insumos específicos necessários ao atendimento dos pacientes da Policlínica do Vila Três, conforme Plano de Trabalho;
- h) Prestar os serviços do objeto do respectivo Termo de Colaboração atendendo aos níveis de produção e qualidade definidos conforme ANEXO I do Plano de Trabalho;
- i) A Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade, conforme ANEXO II ao Plano de Trabalho;
- j) A Execução direta ou subcontratação e gestão, em qualquer caso, dos serviços necessários ao funcionamento da unidade.

2. JUSTIFICATIVA

O município de São Gonçalo possui a segunda maior população do estado do Rio de Janeiro e a primeira da Região Metropolitana II, com 1.098.357 (um milhão, noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e sete) habitantes, de acordo com estimativa do IBGE para 2021, correspondendo a 51,52% (cinquenta e um inteiros e cinquenta e dois décimos por cento) do total da Região.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Neste ponto cabe destacar que, no que tange à prestação de Serviços Públicos na área da Saúde, a cidade também atende à demanda de outros municípios da Região.

São Gonçalo possui especificidades muito particulares: além de ser o único município além da capital com população com mais de um milhão de habitantes, possui um baixo PIB per capita, estimado para o ano de 2019 em R\$ 16.916,33 (dezesesseis mil novecentos e dezesseis reais e trinta e três centavos).

A título de referência, o município do Rio de Janeiro teve o PIB per capita de R\$ 52.833,25 (cinquenta e dois mil oitocentos e trinta e três reais e vinte e cinco centavos), e o município de Niterói R\$ 90.643,80 (noventa mil seiscientos e quarenta e três reais e oitenta centavos), segundo dados do IBGE.

Frisa-se que a maioria da população residente são dependentes exclusivos do Sistema Único de Saúde, e utilizam-se de uma estrutura em parte ainda pouco resolutiva e fragmentada, herdada das administrações anteriores. Esse cenário vem sendo modificado com a organização das redes de atenção, o fortalecimento do sistema de regulação e a ordenação do fluxo de serviços, visando otimizar os recursos existentes e fronteiras distantes do município.

A Policlínica Alcântara, conhecida como PAM Alcântara, que hoje é a referência da região – e leva o mesmo nome do bairro onde se localiza, está alocada em um prédio alugado, cuja estrutura encontra-se precária, sendo alvo de constantes intervenções pelos órgãos de controle, havendo a necessidade urgente de mudança para um novo espaço.

Por ser tratar de um polo comercial, o bairro do Alcântara conta com rede de transportes que interliga todas as pontas da cidade e, por força de sua localização estratégica para o Município, a expansão da rede de serviços da área da Saúde neste bairro possibilita o atendimento de diversos outros polos assistenciais.

Por tais razões, entende-se que a cessão de um prédio, ou construção similar, da Prefeitura para a Secretaria Municipal de Saúde, capaz de receber o conjunto de serviços até então ofertados na antiga unidade do PAM Alcântara, além de outros de igual importância para as demandas do SUS, é de extrema importância para a expansão da rede de serviços da área da Saúde, de forma a garantir ao usuário um atendimento mais qualificado e, sobretudo, humanizado.

Apesar do baixo volume de recursos para administrar a rede, o Município vem mantendo as unidades de saúde existentes em funcionamento, sendo evidente a necessidade de investir em novas unidades de saúde para ampliar o atendimento.

Atualmente as unidades básicas atendem as demandas programadas e espontâneas, oferecendo serviços de imunização, planejamento familiar, atendimento odontológico, psicológico e consultas médicas generalistas para população em geral.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Além disso, as equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) contam com apoio das equipes do Núcleo Ampliado de Saúde da Família - NASF e da Atenção Básica, as quais têm o papel de ampliar a resolutividade do cuidado, por meio de ações realizadas pelas equipes multiprofissionais. A ESF configura-se como porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, como o serviço mais próximo e presente no território dos cidadãos Gonçalenses.

Entretanto, quando é referenciado à atenção especializada ou quando necessita ter acesso aos programas da atenção básica, o paciente acaba ficando retido numa fila de espera em razão do déficit de cobertura existente, justificando a adoção de medidas efetivas da forma mais célere possível.

A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido a adoção de políticas sociais e econômicas que visem tanto a redução do risco de doença e de outros agravos quanto o acesso universal e igualitário dos cidadãos às ações e serviços de saúde, para sua promoção, proteção e recuperação.

As ações e serviços obedecem aos princípios de: (i) universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência; (ii) integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema e (iii) igualdade da assistência à saúde, através da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos dos Estados e dos Municípios na prestação de Serviços de Assistência à Saúde da população.

Para atender as diretrizes do SUS é necessário oferecer suporte diagnóstico com tecnologia avançada às demandas pelo maior acesso aos serviços de saúde no município de São Gonçalo. Dentro desta perspectiva, foi criado o Complexo Ambulatorial do Vila Três.

Para alcançar a meta em curto prazo e colocá-lo em pleno funcionamento, a Secretaria Municipal de Saúde precisou superar dificuldades como a falta temporária de profissionais qualificados para estes serviços, os elevados custos e prazos de aquisição de insumos e de contratação de manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos.

Assim, fez-se necessário modernizar o modelo de gestão e de atenção à saúde, visando atingir novos patamares de prestação dos serviços para proporcionar a otimização do uso dos recursos públicos e economia nos processos de trabalho associados à busca por uma elevada satisfação do paciente.

A agilidade na gerência destes recursos materiais e profissionais é fundamental para a melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e cruciais de manutenção da vida.

Dificuldades surgem durante a execução dos processos administrativos. Portanto, optou-se por uma forma de gestão compartilhada, que ocasiona maior simplicidade e celeridade dos procedimentos de compra, contratação e manutenção, prezando sempre pela eficiência da gestão e pela transparência na aplicação dos recursos públicos, haja vista que os processos conduzidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devem seguir trâmites rigorosos de gestão e precificação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Assim, a Secretaria Municipal de Saúde está reorientando o modelo de gestão e de atenção à saúde, visando melhorar a prestação dos serviços para proporcionar melhor qualidade de atenção à saúde e, conseqüentemente, maior satisfação ao usuário, associada ao aperfeiçoamento do uso dos recursos públicos.

Dentre as inovações trazidas estão os instrumentos do Termo de Colaboração (lei nº 9.637/98) e o termo de parceria (Lei nº 9790/99), que superaram as limitações deste último na regulação das relações de cooperação entre o Setor Público e as entidades do Terceiro Setor. Esses novos instrumentos demarcaram a diferença entre a cooperação intra e intergovernamental da cooperação público privada, substituindo o controle a posteriori previsto nos convênios, baseado no controle de etapas e de procedimentos, pela contratualização de metas e pela cobrança de resultados objetivos e mensuráveis, em contrapartida aos recursos públicos transferidos a título de fomento.

No Termo de Colaboração, assim como no termo de parceria, são cláusulas essenciais: as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes; a especificação das metas de desempenho e resultados a serem alcançados pela entidade parceira, assim como a previsão do montante de recursos públicos a serem transferidos à entidade, a título de fomento. Portanto, o convênio, o Termo de Colaboração e o termo de parceria são três institutos administrativos possíveis dentro do ordenamento jurídico nacional, à disposição do gestor público de saúde, quando esse optar pela celebração de parceria com entidades civis sem fins lucrativos.

Em 2014, a partir da publicação da Lei 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação. O instrumento termo de colaboração (art.2º, inciso VII, Lei nº 13.019/2014) surge como mais uma opção ao gestor público de saúde para celebração de parceria, através do fomento a entidades civis sem fins lucrativos.

Neste contexto a inclusão de outras modalidades de gestão, como Apoio a Gestão Municipal, através do fomento, é uma ferramenta potente, onde o termo de colaboração, mutuamente acordado é implementado sob financiamento governamental e sujeito a metas e monitoramento, o que agiliza a estruturação de novos serviços, bem como a reestruturação dos já existentes.

A introdução de novos mecanismos de gerenciamento dos processos assistenciais faz-se necessária para modernizar a regulação do acesso aos serviços de saúde, fortalecer os mecanismos de controle social, cobrir vazios assistenciais e as relações insatisfatórias entre profissionais e usuários. Tais fatores constituem alvo da Secretaria Municipal Saúde, e tem como finalidade melhorar a qualidade dos serviços, racionalizar e potencializar o uso de novos recursos, compartilhar gestão e investimentos e estabelecer novos mecanismos formais de contratualização, com metas assistenciais.

Trata-se de serviço essencial para a Saúde Pública do Município, onde o Município vem estruturando sua rede de atenção à saúde em todos os níveis, através de ações e serviços de saúde de diferentes densidades tecnológicas que buscam garantir a integralidade da atenção por meio de sistemas de apoio logístico, técnico e de gestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Para seu adequado funcionamento técnico e administrativo, são necessárias ações de logística e abastecimento específicas, gerenciamento de pessoas, faturamento, informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral e fomento de ações inovadoras e modernizações tecnológicas.

A Gestão Municipal está comprometida com a garantia da implementação das Políticas Públicas de Saúde e está empenhada em oferecer acesso equânime ao conjunto de ações e serviços de saúde.

Nesse sentido, a organização da Rede de Atenção à Saúde é de suma importância na reestruturação do Sistema de Saúde tanto no que se refere a sua organização, quanto à qualidade prestada à população.

A FMS desempenha seu papel de protagonista no fazer saúde, compreendendo as mudanças em curso e reorientando o sistema de saúde para que a organização se torne uma importante potência de transformação e de inovação no modo de fazer o gerenciamento dos serviços.

Entende-se que o formato de parceria na gestão de equipamentos e serviços públicos, no modelo de contratualização por resultados, através da celebração de Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil filantrópicas garante elevada vantagem aos pacientes e ao Município, haja vista a possibilidade de se garantir maior agilidade na marcação, execução e entrega dos exames, promovendo economia nos processos de trabalho.

A contratualização em tal formato permite que o município conceda a execução do serviço a uma organização sem fins lucrativos, que se torna responsável pela prestação da atividade fim, porém, sempre orientada e guiada pelas políticas públicas de saúde editadas pelo Município, que define a política assistencial, orientada pela Política do Ministério da Saúde, o acompanhamento, a fiscalização e o controle desta execução.

O Termo de Colaboração visa assegurar a prestação de serviço ambulatorial em caráter contínuo, aumentar a confiabilidade, a vida útil e a eficiência dos equipamentos instalados no Complexo Ambulatorial do Vila Três, objetivando o aumento da capacidade de atendimento e a redução da espera para realização de exames e resultados, promovendo, desta forma, maior qualidade no atendimento ao paciente.

Podem ser destacados como benefícios adicionais pertinentes a este modelo de serviço a integralidade do funcionamento, sem interrupções motivadas por falta de manutenção, falta de insumos ou reposição de peças e ausência de pessoal médico e técnico especializado, pois a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará integralmente responsável pelas manutenções preventivas e corretivas e pela contratação de pessoal titulado e especializado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

Estas ações resultarão em aumento da vida útil dos equipamentos e na contratação ágil de técnicos, médicos, funcionários administrativos, de serviço de agendamento e na aquisição de insumos, conforme o edital, para o funcionamento dos serviços.

Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde poderá priorizar seus programas, projetos e ações estratégicas na elaboração, desenvolvimento, execução e monitoramento das políticas públicas de saúde no intuito de ampliar e otimizar a assistência integral, universal e igualitária à saúde no município.

O importante complexo de ações e serviços de Vila Três, que permitirá o alcance de objetivos para a melhoria na qualidade para o aumento na eficiência dos serviços de saúde da região, contará com o seguinte conjunto:

I. Policlínica de Especialidades – com a previsão de 19 (dezenove) Consultórios de Especialidades Médicas, Curativo, Coleta, Laboratório de Especialidades Clínicas, Insulina e Estruturas administrativas de Cartão SUS, Entrega de laudos e Faturamento;

II. Centro de Imagem – com a previsão dos serviços de Cintilografia/Medicina Nuclear, Raio-x, Mamografia, Densitometria, Ultrassonografia, Ecocardiograma, Ressonância Magnética, Tomografia, Mapa Holter e Teste Ergométrico;

III. Centro Ortopédico – com a previsão de 6 Box para Fisioterapia, 3 Consultórios, 1 Sala de Curativos, 1 Sala de Imobilização e 1 sala de Cinesioterapia / Mecanoterapia;

IV. Centro de Especialidades Odontológicas – com a previsão de 4 Cadeiras Odontológicas e 1 Raio-x odontológico;

V. Polo de Ostomizados - 1 Consultórios, 2 Salas de Fisioterapia, 1 sala Estrutura Administrativa e 1 Almoxarifado;

VI. IST/AIDS - 2 Consultórios, 2 salas de Enfermagens, 1 Farmácia e 1 Laboratório / CTA;

A Organizações da Sociedade Civil ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará responsável pela locação dos equipamentos (descritos no Anexo III), manutenções preventivas e corretiva, reposição de peças e contratação de pessoal titulado e especializado.

3. PRINCÍPIOS DE ATENDIMENTO

3.1 O atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde deverá ocorrer de segunda a sexta-feira das 8h às 17h.

3.2 Os serviços de saúde deverão ser prestados nesta unidade nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS especialmente o disposto na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03 e nº 06, ambas de 28 de setembro de 2017, e legislação aplicável, com observância dos seguintes princípios:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde;
- b) Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores a usuários ou seus representantes, responsabilizando-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- c) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- d) Direito de informação sobre sua saúde às pessoas assistidas;
- e) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- f) Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz;
- g) Correto e completo preenchimento de todos os prontuários, boletins de atendimento ou pedidos de esclarecimentos oriundos do Poder Judiciário (magistratura, Ministério Público e Defensoria Pública).

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

- 4.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Plano de Trabalho, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à prestação mensal do serviço.
- 4.2. Prestar garantia nos termos estabelecidos neste Plano de Trabalho;
- 4.3. Prestar esclarecimentos à Secretaria Municipal de Saúde, precisamente, à Coordenação do serviço, e sujeitar-se às orientações dos fiscais do Termo de Colaboração;
- 4.4. Relatar à FUNDAÇÃO, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, irregularidades ocorridas que impeçam, altere ou retardem a execução do Termo de Colaboração, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas;
- 4.5. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;
- 4.6. É vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL caucionar ou utilizar o Termo de Colaboração para quaisquer operações financeiras;
- 4.7. É vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito da FUNDAÇÃO;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

4.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Plano de Trabalho ou na minuta de Termo de Colaboração;

4.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, hospedagem, alimentação, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Termo de Colaboração;

4.10. Realizar a manutenção preventiva e corretiva integral de todos os equipamentos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo, mais não se resumindo, às suas partes, peças, cabos, ampolas e demais equipamentos constantes no Complexo Ambulatorial, assim como mobiliário de escritório, cadeiras de espera, computadores, dentre outros constantes no Vila Três.

4.11. Quaisquer danos aos bens de propriedade da FUNDAÇÃO que estiverem sob a guarda da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL serão de responsabilidade desta, podendo o Município, em caso de não reposição ou de conserto em tempo hábil, descontar o valor do bem da garantia prestada;

4.12. Utilizar o mesmo sistema de gestão, regulação e prontuário eletrônico implantado pela Secretaria Municipal de Saúde;

4.13. Realizar a aquisição de computadores, monitores das salas de espera, totem de senha eletrônica, impressoras e tudo mais que for necessário para implantação do sistema de gestão, regulação e prontuário eletrônico implantado, conforme item acima;

4.14. Responsabilizar-se pela geração e registro das informações necessárias à realização do faturamento, de acordo com as definições das normativas do SUS, mantendo atualizados, mensalmente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, sendo que o faturamento seguirá as normas operacionais do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação Municipal;

4.15. Fornecer e montar a infraestrutura no local de prestação do serviço, devendo fornecer o *hardware* e o *software* para PACS/RIS (*Picture Archiving and Communication System/Radiology Information System*), que consiste no banco de dados do Sistema de Informação em Radiologia integrado ao Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens, bem como todo o material de escritório, redes, cabeamento de dados, internet e demais acessórios adequados e necessários à perfeita execução do serviço;

4.16. Implantar e manter as normas de Proteção Radiológica junto aos seus funcionários, conforme a Portaria SVS/MS nº 453, de 1º de junho de 1998, e demais normas pertinentes;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

4.17. Realizar armazenamento e *back-ups* dos exames realizados, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007, no Parecer nº 10/2009 e na Resolução nº 2.218/2018, ambas do Conselho Federal de Medicina;

4.18. Zelar pelo bom uso e guarda dos impressos, materiais e móveis colocados à sua disposição, respondendo pelas despesas necessárias para sua reparação quando forem apurados danos decorrentes de uso ou conservação;

4.19. Obedecer a todos os protocolos estabelecidos pelo Município e sua Regulação ou outro que venha substituí-lo, desde a solicitação e realização de exames, emissão dos laudos e a entrega final dos resultados;

4.20 Controlar o resíduo de saúde gerado durante a prestação dos serviços, conforme legislação em vigor e se responsabilizar pelo descarte do lixo produzido;

4.21 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente aos equipamentos instalados na unidade, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pelo Município.

4.22 Apresentar sempre que solicitado:

a) Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador, prestando ou que tenha prestado serviços relativos ao presente Termo de Colaboração, assinados pelos mesmos;

b) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, dos trabalhadores que estejam prestando ou que tenham prestado serviços no referido Termo de Colaboração;

c) Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador, prestando ou que tenha prestado serviços no referido Termo de Colaboração, em caso da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;

d) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços no referido Termo de Colaboração;

e) Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados estejam, ou estiveram prestando serviço no referido Termo de Colaboração;

f) Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, CND Fazenda Nacional e CNDT;

g) Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

h) Cópia da SEFIP, por tomador, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços no referido Termo de Colaboração;

4.23 Realizar aquisição de insumos específicos ao atendimento de pacientes, gestão e logística para o Complexo Ambulatorial Vila Três;

4.24 Realizar contratação e gestão dos profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade, conforme Anexo II ao Plano de Trabalho;

4.25 Realizar os procedimentos e serviços do presente Plano de Trabalho na unidade Vila Três, operação dos equipamentos, entrega do relatório médico de exames e aquisição de insumos e/ou medicamentos necessários conforme determinar o edital;

4.26 Prestar o serviço com equipe composta por profissionais especializados para os devidos serviços contratados, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente.

4.27 Proceder a realização dos exames e seus respectivos laudos, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção;

4.28 Fornecer todos os impressos e materiais de consumo específico, tais como: documentações radiológicas, materiais de administração, de enfermagem, medicamentos específicos, descartáveis e impressos necessários para a prestação de serviços;

4.29 Obedecer à padronização estabelecida pelo Município para o layout das instalações de recepção, registro, abrigo e espera dos pacientes, bem como todos os impressos inerentes ao serviço e/ou entregues aos pacientes, sendo vedada a colocação de quaisquer logomarcas ou símbolos diferentes do estabelecido pela Município;

4.30 Responsabilizar-se pela guarda dos pedidos médicos juntamente com os laudos para posterior fiscalização e controle da Secretaria Municipal de Saúde;

4.31 Disponibilizar diretamente ao paciente a documentação de todos os exames de Imagem na forma de CD ou mídia equivalente;

4.32 Disponibilizar o laudo dos exames realizados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após sua realização. Caso os exames não sejam disponibilizados no prazo previsto, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser notificada conforme previsão legal;

4.33 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá disponibilizar os laudos dos exames realizados através da internet, sem prejuízo da entrega da mídia com as imagens diretamente ao paciente, imediatamente após a realização do exame;

4.34 Submeter os resultados de todos os exames à revisão de laudo por médico com Título de Especialista pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, antes de sua liberação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

4.35 Transmitir as imagens em formato DICOM 3.0, ou semelhante;

4.36 Garantir que a transmissão remota dos exames, seja por banda larga ou satélite, conforme resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.890/2009;

4.37 Manter o armazenamento e guarda dos exames, laudos e prontuário e seus *back-ups*, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007, no Parecer nº 10/2009 e na Resolução nº 2.218/2018, ambas do Conselho Federal de Medicina, ficando determinado que ao encerramento do Termo de Colaboração, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos deverão ser transferidos para a FUNDAÇÃO, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional;

4.38 Providenciar a correta ligação dos equipamentos à rede de energia local, em ponto previamente disponibilizado pela FUNDAÇÃO;

4.39 Comprometer-se a preencher toda a documentação referente ao atendimento prestado ao paciente, bem como os documentos necessários ao processo de faturamento, pelo Município, junto ao SUS;

4.40 Garantir que sejam adotadas as normas da Política Nacional de Humanização e orientações da Secretaria Municipal de Saúde, centrando as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos pacientes, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;

4.41. Fornece:

a) Materiais médicos, insumos relacionados ao atendimento do paciente e instrumental adequado;

b) Exames de imagem;

c) Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;

d) Engenharia Clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento da unidade;

e) Uniformes no padrão estabelecido;

f) Vigilância desarmada;

g) Lavanderia;

h) Limpeza;

i) Manutenção Predial e Conforto Ambiental;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

j) Coleta, transporte e tratamento de resíduos;

k) Serviços Médicos Especializados.

4.42. Realizar a comunicação com a Secretaria de Saúde e sua Regulação quando o usuário necessitar de tratamento fora do perfil desta unidade;

4.43. Implantar Diretrizes Clínicas, Normas, Rotinas Básicas e Procedimentos, desde o início das atividades, de acordo com os seguintes preceitos:

a) Centrar as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;

b) As rotinas técnicas e assistenciais, bem como a qualidade dos materiais e insumos a serem utilizados na unidade, conforme edital, deverão ter aprovação pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde;

c) Revisar e ajustar, após a implantação, as diretrizes clínicas, normas, rotinas básicas e procedimentos, sempre que houver alterações que envolvam novas tecnologias, incremento ou desativação de serviços ou alterações na estrutura organizacional;

5. DA SUBCONTRATAÇÃO E DA LOCAÇÃO

5.1. É lícita a subcontratação, em qualquer caso, dos serviços acessórios ao Termo de Colaboração, tais como: Serviço de Alimentação e Dietética, Serviço de Processamento da Roupa, Serviço de Higienização e Limpeza, Vigilância, Manejo e Destinação de Resíduos, Serviço de Análises Clínicas, Manutenção e Engenharia Clínica, Gases Medicinais, Transporte Sanitário, Serviços Médicos e Odontológicos, e Serviços de Sistemas de Informática.

5.2. As subcontratações terão que ser encaminhadas para o conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

5.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá realizar a locação dos equipamentos previstos no Anexo III ao Plano de Trabalho para o atendimento do objeto do respectivo edital, desde que atenda às metas quantitativas e qualitativas previstas no Termo de Colaboração, assim como no Edital e seus anexos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO

6.1. Proporcionar o suporte e a adoção de providências indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

6.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado no Termo de Colaboração, desde que sejam observadas as respectivas condições contratuais;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

6.3. Aplicar as sanções necessárias, conforme previsto no Plano de Trabalho;

6.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Plano de Trabalho e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos;

6.5. Comunicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.6. A FUNDAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do respectivo Termo de Colaboração, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Estarão habilitadas para participar do processo todas as pessoas jurídicas prestadoras dos serviços constantes no presente objeto, sendo Organizações da Sociedade Civil e sem fins lucrativos, que apresentarem:

- a)** Contrato Social com alterações se houver e ata da Diretoria;
- b)** Documento de identidade do sócio gerente;
- c)** Cartão CNPJ;
- d)** Regularidade para com a Fazenda Municipal e Estadual;
- e)** CND para comprovação de regularidade com o FGTS;
- f)** Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Estado;
- g)** Certidão Negativa da Dívida Ativa com o Município;
- h)** CND Trabalhista;
- i)** Alvará Municipal ou Estadual de funcionamento;
- j)** CND conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, inclusive os previdenciários – INSS e da Dívida Ativa da União;
- k)** Inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) ativo, conforme instituído pela Portaria MS/SAS nº 511, de 29 de dezembro de 2000;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- l)** Atestado (s) de Capacidade Técnica ou qualquer outro documento hábil, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a interessada tenha prestado serviços análogos ou compatíveis ao objeto pretendido para rede pública de saúde, experiência mínima de 12(doze) meses;
- m)** Possuir Alvará de Licença Sanitária, expedido pelo órgão fiscalizador competente, em nome do proponente da licitação e validade prevista em Lei, devidamente publicado;
- n)** Possuir estrutura técnica, adequada, legalmente constituída e integrada por equipe mínima, com profissionais habilitados, com registro em órgão de classe para desempenhar as atividades pertinentes ao objeto;
- o)** Certidão de Anotação de Responsabilidade Técnica – Conselho Regional de Medicina, ou Conselho Regional de Biomedicina e do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro;
- q)** Balanço Patrimonial comprovando a boa situação financeira;
- r)** Ter sede própria comprovada em escritura em cartório por mais de 12(doze) meses, e comprovação que a sede esteja em funcionamento com a atividade compatível com o objeto;
- s)** Possuir em vigor 1 ou mais contratos de gerenciamento ou operacionalização de unidades com outros municípios e/ou Estado do Rio de Janeiro;

8. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A Organizações da Sociedade Civil interessada em participar do processo licitatório deverá comprovar capacidade técnica na área de execução do fornecimento do objeto ou similar deste Plano de Trabalho, com a apresentação dos seguintes documentos:

8.1.1. Apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) de Capacidade Técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa proponente tenha fornecido os serviços definidos nos itens deste PLANO DE TRABALHO;

8.1.1.1. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do Termo de Colaboração ou se decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução;

8.1.1.2. Justificam-se estes critérios técnicos obrigatórios de habilitação de forma a assegurar o mínimo de capacidade da empresa interessada, para cumprimento das obrigações contratuais estritamente relacionados com o objeto deste Plano de Trabalho, sem comprometer a competitividade do certame;

8.1.1.3. O(s) atestado(s) deve(m) conter elementos suficientes para a comprovação da prestação dos serviços semelhantes pela proponente, bem como conter o nome (razão social), CNPJ e endereço do emissor e da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, caracterização do fornecimento dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

itens, local do fornecimento, nome e cargo do responsável pela emissão do atestado e dados de contato, com o qual o Município possa manter contato com os declarantes, para fins de comprovação da sua legitimidade e eventual realização de diligência;

8.1.2. Para efeitos de análise da empresa vencedora, a proponente deverá apresentar documentos que atestem sua qualificação econômico-financeira, como também, jurídica-fiscal, nos termos da legislação que rege o processo licitatório;

8.1.3. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente da sede do licitante ou do local onde ocorre a prestação dos serviços. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação (Resolução da Diretoria Colegiada-RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014, e Resolução SES Nº 1.058, de 06 de novembro de 2014), documento emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer;

8.1.4. Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina – CRM;

8.1.5. Registro do responsável técnico da empresa no CRM;

8.1.6. Currículo do(s) colaborador(es) da empresa, comprovando a especialização na área de gestão hospitalar ou similar;

8.1.7. Atestado de Visita comprovando que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL tomou conhecimento mediante inspeção e coleta de informações de todos os dados e elementos que possam vir a ter influência no valor de sua proposta:

8.1.8. A visita técnica será facultada, sendo obrigatória ao participante que optar por não realizar a visita técnica apresentar declaração, em papel timbrado da empresa, que é de total responsabilidade da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a ocorrência de eventuais prejuízos sem virtude de sua opção por não realizar a vistoria. Devendo cumprir fielmente o previsto em Edital, sendo ônus de não visitar é de inteira responsabilidade da empresa optante por não fazê-la.

8.1.9. O objeto social da empresa deverá ser compatível com o escopo dos serviços licitados.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1 A empresa vencedora deverá atender às exigências de sustentabilidade ambiental. Ressalta-se que as contratações realizadas pela Administração Pública devem primar pela utilização de materiais recicláveis, com vida útil mais longa, que contenham menor quantidade de materiais perigosos ou tóxicos, consumam menor quantidade de matéria-prima e energia, e orientem as cadeias produtivas a práticas mais sustentáveis de gerenciamento e gestão.

9.1.1 Os materiais deverão apresentar padrões de produção de bens e serviços a partir de critérios, procedimentos administrativos e jurídicos que sinalizem, para a FUNDAÇÃO, os patamares de custos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

e padrões produtivos/tecnológicos mais adequados sob o ponto de vista da sustentabilidade econômica, social e ambiental. É nesse sentido que a FUNDAÇÃO tem seu foco na proteção ao meio ambiente com produtos e serviços de menor impacto ambiental, e sinalizando assim para as empresas a necessidade de adaptação de seus processos produtivos aos novos padrões ambientais, sociais e econômicos, sob pena de exclusão do mercado das compras públicas. (Constituição Federal/1988, art. 225 inciso VI, c/c art.170, inciso VI; Instrução Normativa nº1/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão);

9.2 A empresa ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, quando couber, adotará as seguintes práticas de sustentabilidade definidas no art. 2º do Decreto nº 43.629, de 05 de junho de 2012, ou outras que o Poder Executivo venha a estabelecer, tais como:

I - Economia no consumo de água e energia;

II - Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

III - Racionalização do uso de matérias-primas;

IV - Redução da emissão de poluentes;

V - Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;

VI - Implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;

VII - Utilização de produtos de baixa toxicidade; VIII - utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

10. VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO

10.1 Existem muitas possibilidades de melhorar o desempenho operacional das Unidades com a gestão sendo assumida por um parceiro privado. Essas vantagens redundarão em uma melhor assistência à nossa população e uma melhor percepção de eficiência do serviço do SUS, indo além do compromisso contratual de aumentar o volume de atendimentos, dentro da dotação orçamentária definida.

10.2 Dentre essas as vantagens na mudança do modelo de gestão municipal para privada, citamos, sem esgotar o tema:

10.2.1 Sem renunciar à transparência na busca de melhor preço/qualidade, se poderá obter agilidade e redução de custo nos processos de compra e contratação, que no âmbito do poder público tendem a ser muito lentos, causando atrasos no abastecimento da instituição e interrupções operacionais da unidade, gerando cancelamentos no agendamento de atendimento à população;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

10.2.2 Previne a incidência de utilização de mobiliário em condições de excessivo desgaste pela falta de reposição de itens danificados ou por falta de reparo;

10.2.3 A manutenção dos equipamentos é complexa. Com a falta de recursos humanos capacitados no município, tem-se uma baixa taxa de manutenção preventiva dos equipamentos e surgem situações nas quais aparentemente se espera a quebra para o reparo, além do fato de muitos equipamentos vitais não possuírem peças de reposição disponíveis ou acessíveis no mercado e, por consequência, interrompe-se o atendimento.

10.2.4 Dotar o setor de exames clínicos e de imagem, de sistema informático que possibilite a visualização em tela dos exames e radiografias, sem necessidade de impressão ou cópia em película, economizando custo com material;

10.2.5 Possibilitar o acesso do paciente via internet aos exames também é uma modalidade de atendimento a considerar, pensando no custo do Complexo Ambulatorial e no conforto do usuário;

10.2.6 Espera-se também uma evolução geral dos indicadores de qualidade e gestão, pois o foco em resultados deve ser enfatizado, por indução de um maior comprometimento do pessoal ao se passar a gerir com uma Organização da Sociedade Civil privada, buscando retornos concretos e responsabilização dos gestores;

10.2.7. Os preços praticados pela Organização da Sociedade Civil, no que se refere a prestação de serviços e aquisições de insumos e equipamentos, não poderão ser superiores aos praticados pela administração pública em outros equipamentos do Município de equivalente porte/volume de prestação de serviços públicos.

11. ESTIMATIVA DE VALOR

11.1 O limite máximo de orçamento anual previsto para a realização dos serviços objeto do Termo de Colaboração está incluso na Lei Orçamentária Anual, tendo como valor máximo de custeio anual estimado em R\$ 43.926.789,48 (quarenta e três milhões novecentos e vinte e seis mil setecentos e oitenta e nove reais e quarenta e oito centavos).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Os recursos necessários à realização do objeto estão vinculados à seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho (PT): 23.051.10.302.2044.2123

Natureza de Despesa (ND): 33.90.39.00

Fonte de Recurso (FR): 47 – Concessão (CEDAE)

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

13.1 O respectivo Termo de Colaboração terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura do Termo de Colaboração, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até que se completem em 60 (sessenta) meses, desde que haja interesse da Administração Pública, concordância da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e comprovada vantajosidade.

14. METAS DE PRODUÇÃO

14.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve realizar mensalmente o volume de procedimentos estimado, conforme ANEXO I;

14.1.1 Tal quantitativo refere-se à produção estimada a ser realizada no equipamento, levando-se em conta as informações técnicas do fabricante e a média de produção de equipamentos semelhantes. A produção pode variar, de acordo com a média de exames/dia produzidos, a demanda do serviço e o tipo do exame a ser realizado;

14.2 O critério de medição de serviço é o número de exames devidamente laudados e entregues ao município, comprovados através de relatório que conste o nome dos pacientes, os exames realizados, a data de realização do exame e o número do documento de identificação (cartão SUS, CPF, Identidade, etc.);

14.3 A realização das consultas será por demanda da Subsecretaria de Regulação e serão aceitos somente pacientes encaminhados pelo sistema de regulação;

14.4 Caso ocorram mais procedimentos e/ou exames encaminhados por necessidade da Regulação, esses serão pagos pelo valor da tabela SUS (SIGTAP). O valor dos procedimentos excedentes não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite máximo de 25% do valor do Termo, no que refere acréscimos ou supressões;

14.5 A variação da produção será analisada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, realizando a fiscalização, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação de glosa;

14.6 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá encaminhar mensalmente ao Município relação nominal com número do documento de identificação dos pacientes que realizaram exames, consultas ou procedimentos no período, contendo descrição dos procedimentos realizados de acordo com tabela SIGTAP/SUS.

15. DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

15.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá garantir e prover, nos casos em que couber, a assistência técnica durante todo o período de execução dos serviços, devendo resolver os problemas identificados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para os reparos eventuais.

16. DO PAGAMENTO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

16.1. Por força do Termo de Colaboração a FUNDAÇÃO pagará à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL os valores correspondentes ao cumprimento do objeto do mesmo, efetivamente executado, até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva nota fiscal emitida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, mensalmente, acompanhado do atesto da nota fiscal realizado pela Fiscalização do Termo de Colaboração.

16.2. As Notas fiscais/faturas serão atestadas em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da efetiva entrega à FUNDAÇÃO, conforme ficar determinado em Termo de Colaboração. Nos casos em que houver erros e/ou incongruências nos valores apresentados na Nota Fiscal, esta será devolvida à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para que realize os ajustes necessários, tendo o prazo de pagamento e atesto reajustados para o início.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O respectivo Termo de Colaboração deverá determinar que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará sujeita às penalidades previstas nas Leis nº 13.019 de 31 de julho de 2014, em caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições contratualmente previstas e, após a formalização do Termo de Colaboração, por recusa ou descumprimento às cláusulas contratuais.

17.2. Igualmente restará previsto no respectivo Termo de Colaboração que, caso os objetos contratados sejam entregues de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, resguardados os procedimentos legais pertinentes, sem prejuízo do disposto nos parágrafos anteriores desta seção:

17.2.1. Advertência;

17.2.2. Multa, nas hipóteses de reincidência de descumprimento contratual;

17.2.3. Multa moratória de 1% sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias, situação que poderá caracterizar inexecução parcial do Termo de Colaboração;

17.2.4. Pela caracterização de inexecução parcial do objeto ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, será aplicada multa de até 20% do valor global do Termo;

17.2.5. Pela caracterização de inexecução total do objeto ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, será aplicada multa de até 30% do valor global do Termo de Colaboração e rescisão unilateral do Termo de Colaboração;

17.2.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Secretaria Municipal de Saúde, por até 02 (dois) anos;

17.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.3. Restará previsto no respectivo Termo de Colaboração, ainda, que no caso de não recolhimento do valor da multa, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou ajuizada a dívida, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês;

18. CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL CEDIDO

18.1. Ficará cedido a OSC finalidade prevista no objeto do respectivo Termo de Colaboração, comprometendo-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o imóvel cedido ou os direitos e obrigações decorrentes do respectivo Termo de Colaboração, salvo expressa e previa decisão autorizativa do Sr. Secretário de Municipal de Saúde e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

18.2. Obrigar-se-á a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a bem conservar o imóvel cujo uso lhe será cedido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação as suas exclusivas expensas, incumbindo-lhe ainda, nas mesmas condições, a sua guarda até a efetiva devolução.

18.3. Ficará vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo ou da Fundação Municipal de Saúde, devendo-se subordinar também a montagem de equipamentos ou a realização de construções às autorizações e aos licenciamentos específicos pelas autoridades estaduais e municipais competentes.

18.4. Findo o respectivo Termo de Colaboração, reverterão automaticamente ao patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, sem direito a indenização ou a retenção em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, todas as construções, benfeitorias, equipamentos que não sejam locados, e/ou instalações existentes no imóvel, assegurado a Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo, contudo, o direito de exigir a sua reposição a situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhe tenham a ser causadas.

18.5. A Organizações da Sociedade Civil ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará obrigada, por si e sucessores, a desocupar o imóvel e restituí-lo nas condições previstas no respectivo termo ao término de seu prazo, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa.

18.6. Findo, a qualquer tempo, o Termo de Colaboração deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL restituir o imóvel em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

18.7. Qualquer dano porventura causado ao imóvel será indenizado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, podendo a Secretaria Municipal de Saúde exigir a reposição das partes danificadas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro como entender melhor atenda ao interesse público.

18.8. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ficará sujeita a multa diária do valor equivalente a até 1% (um por cento) sobre o valor do Termo de Colaboração, limitada a 20% (vinte por cento) do valor do referido Termo de Colaboração, se, findado o Termo de Colaboração por qualquer das formas aqui previstas, não for restituído o imóvel na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

18.8.1. A multa incidirá até o dia em que o imóvel for efetivamente restituído ou retorne aquelas condições originais, seja por providências da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, seja pela adoção de medidas por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo. Nesta última hipótese, ficará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

18.9. Terminado o Termo de Colaboração poderá a Secretaria Municipal de Saúde promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou terceiros.

18.9.1. Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pela Secretaria Municipal de Saúde para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco da sua guarda cujas despesas ficam a cargo da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

18.9.2. Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção poderá a Secretaria Municipal de Saúde, mediante decisão a exclusivo critério do Sr. Secretário de Municipal de Saúde:

a) doá-los, em nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a qualquer instituição de beneficência ou quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;

b) vendê-los, ainda em nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para com a Secretaria Municipal de Saúde ou despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo em nome do Contratado.

São Gonçalo, 25 de março de 2022.

ANDERSON DA ROCHA TEIXEIRA
Subsecretário de Atenção Especializada
Matrícula nº 125.237



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO I AO PLANO DE TRABALHO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO SERVIÇO (IMS)

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1 - Trata-se de Instrumento de Medição do Serviço, que tem por objetivo definir objetivamente os níveis esperados de produção e qualidade da prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento;

1.2 - A medição da qualidade dos serviços prestados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL será feita por meio de avaliação conforme item 2, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

1.3 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL obriga-se a aceitar a aferição dos serviços, conforme definição dos indicadores e descontos previstos conforme premissa do POA;

1.4 - O descumprimento reiterado das metas estabelecidas neste Instrumento poderá ensejar, além das penalidades previstas no Edital e Termo de Colaboração, a rescisão contratual, garantidos a ampla defesa e o contraditório;

1.5 - A medição aferida pelo IMS não isenta a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

2. METAS DE PRODUÇÃO E QUALIDADE

2.1 - Ficam definidas as metas de produção e qualidade que servirão de parâmetros para a execução do serviço.

META DE PRODUÇÃO

2.2 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá realizar mensalmente o quantitativo de exames previsto no quadro abaixo, atendendo pacientes ambulatoriais ou oriundos de unidades de saúde, sem restrição quanto à origem dos pacientes:

0201 - Diagnóstico por Biopsia (coleta de material)	100
0202 - Diagnóstico em Laboratório Clínico	30000
0204 - Diagnostico por densitometria	480
0204 - Diagnóstico por Radiologia	3200
0204 - Diagnóstico por Mamografia	480
0205 - Diagnóstico por Ecocardiograma	600
0205 - Diagnostico por Ecodopler (carotidas/vertebrais/venoso/arterial/ecocardiograma)	600



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

0205 - Diagnóstico por Ultrassonografia	1600
0206 - Diagnóstico por Tomografia	960
0207 - Diagnóstico por Ressonância Magnética	800
0208 - Cintilografia	400
0211 - Diagnóstico por Eletrocardiograma	800
0211 - Diagnóstico por Eletroencefalograma	240
0211 - Diagnóstico por Eletroneuromiografia	240
0211 - Mapa - Teste Ergométrico - Holter 24h	1600
0301 - Consultas/Atendimentos/acompanhamento	15000
0302 - Fisioterapia	700
0307 - Tratamento Odontológico	500
0401 - Curativo Grau I e grau II com ou sem debridamento	1000
TOTAL POA	59300

2.2.1. O quantitativo mensal de exames previsto no quadro acima, para atendimentos ambulatoriais ou de pacientes oriundos de unidades de saúde demandados pela Subsecretaria de Regulação do Município, poderá ser reavaliado a cada trimestre após a assinatura do Termo de Colaboração, considerando eventuais necessidades de readequação do quantitativo, de forma a atender adequadamente a demanda da FUNDAÇÃO.

2.3. O critério de medição de serviço será realizado pela informação apresentada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ao Sistema de Informação Ambulatorial do SUS e o relatório do sistema informatizado de gestão da unidade, contendo o número de exames devidamente laudados, consultas e procedimentos, o nome dos pacientes, o número do documento de identificação (cartão SUS, CPF, Identidade, etc.), a data de realização do exame e a data do laudo;

2.4. Caso a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não alcance as metas estipuladas por sua exclusiva culpa, receberá remuneração proporcional à produção realizada, conforme premissa de desempenho do POA (quadro abaixo);

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO POA X PRODUÇÃO REALIZADA			
PREMISSA		Valor Máximo Pré-Fixado	
		R\$ 3.660.566,54	
95 A 100%		Valor das Metas quantitativas 60%	Valor das metas qualitativas 40%
81 A 94%		R\$ 2.196.339,92	R\$ 1.464.226,62
70 A 80%			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

2.5 - A realização dos procedimentos que exceder à meta mensal ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá ser expressamente autorizada pela FUNDAÇÃO, sob pena da produção excedente não ser remunerada;

2.6 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL somente será remunerada pelos procedimentos que excederem as metas mensais mediante autorização prévia da FUNDAÇÃO. Estes serviços serão contabilizados no último dia do mês anterior ao pagamento, sem prejuízo do valor total mensal licitado;

2.7 - Caso ocorram mais procedimentos e/ou exames encaminhados por necessidade da Regulação, esses serão pagos pelo valor da tabela SUS (SIGTAP). O total do valor dos procedimentos excedentes não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Termo, no que refere acréscimos ou supressões, conforme artigo abaixo:

2.8 - A variação da produção será analisada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação do desconto previsto na premissa do POA;

2.9 – Os serviços que dependem de autorização de órgãos controladores ou fiscalizadores e, porventura, não estiverem em funcionamento na data de inauguração, serão descontados do valor a ser pago conforme previsto na premissa do POA;

2.10 – Caso a Regulação Municipal não encaminhe a quantidade mínima ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL o prestador não será descontado.

METAS DE QUALIDADE

2.11 - Disponibilizar os exames realizados, juntamente à documentação e laudo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após sua realização;

2.12 - Realizar a manutenção corretiva no local de operação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o chamado técnico que será realizado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;

2.13 – Criar setor de Ouvidoria e responder 100% das reclamações, sugestões ou solicitações deste canal;

2.14 – Manter todos os colaboradores com uniformes completos e utilização correta dos materiais de proteção individual (conforme legislação);

2.15 – Manter Escala de profissionais atualizada em lugar visível;

2.16 – Manter o ambiente limpo e organizado;

2.17 – Elaborar e implantar protocolos de Normas e Rotinas de Serviços, fixando em locais visíveis as respectivas rotinas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

2.18 – Manter os ambientes identificados e de fácil visualização;

2.19 – Manter a base de dados do CNES atualizada;

2.20 – Implantar protocolo de atendimento preferencial para garantir prioridade aos indivíduos vulneráveis (Pessoas com deficiência, idosos, idosos maior de 80 anos, gestantes, lactantes);

2.21 – Manter acessibilidade à pessoa com deficiência – rampas de acesso ou elevadores. Disponibilizar cadeira de rodas e macas de transporte;

2.22 – Disponibilizar recursos físicos que visam garantir a segurança e integridade física dos usuários e trabalhadores (existência de seguranças, barreira de proteção, alerta de piso escorregadio, e demais comunicações);

2.24 – Criar ações de Educação Permanente para os trabalhadores e apresentar relatório trimestral com, no mínimo, 1 treinamento mensal;

2.25 - O não cumprimento de cada uma das metas de qualidade acima elencadas acarretará o desconto de 1,5% das metas Qualitativas previstas no POA, sendo o máximo de desconto de 4,5%;

2.26 - A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá apresentar justificativa para o não atingimento das metas de qualidade, a qual deverá ser aceita pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO II AO PLANO DE TRABALHO

PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS MÍNIMA

1. Deverá a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL observar e seguir a planilha de recursos humanos mínima, estabelecida pela Município.

Função (Item 1 a)	Quantidade
ADMINISTRADOR	2
COORDENADORES	6
AUX. DE PRONTUÁRIO	2
COPEIRA	3
ATENDENTE HOSPITALAR	25
ADMINISTRATIVO	25
AUXILIAR DE DENTISTA	5
DISPENSÁRIO FARMÁCIA	2
ALMOXARIFE	3
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	20
TÉCNICO DE LABORATÓRIO	5
TÉCNICO DE RADIOLOGIA	6
GESSEIRO	2
FARMACEUTICA	2
FISIOTERAPEUTA	6
PSICOLOGO	2
ASSISTENTE SOCIAL	2
ENFERMEIRO	4

Obs 1: A quantidade mínima do recurso humano citado acima, é para atendimento em dias úteis de 8 às 17 horas de Segunda a Sexta-Feira. Desta forma nenhuma sala ou consultório ficará sem atendimento na carga horária acima informada. Salvo caso fortuito ou força maior, desde que comunicado a Secretaria Municipal de Saúde e sua Regulação.

Obs 2: O Item "1 b" abaixo será destinado a contratação de profissionais Médicos, Odontológicos e outros profissionais de saúde que se fizer necessário. O número mínimo de contratação desses profissionais será para suprir demanda do POA e quantidades de salas disponíveis no Complexo.

CUSTO COM PESSOAL

PESSOAL	
(1) Pessoal	R\$ 1.503.770,32
1 a) Salários	R\$ 362.355,04
1 b) Outras Formas de Contratação	R\$ 720.000,00
1 c) Encargos	R\$ 186.415,28
1 d) Provisionamento (13º Salário e férias)	R\$ 180.000,00
1 e) Provisãoamento (rescisões)	R\$ 40.000,00
1 f) Benefícios	R\$ 15.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO III AO PLANO DE TRABALHO

**EQUIPAMENTOS DO CENTRO DE IMAGEM
QUE SERÃO ALUGADOS PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

Equipamento	Ambiente
Aparelho para Densitometria Óssea por Raios - X	Radiologia
Aparelho de Raios X - Fixo Digital	Radiologia
Aparelho de Raios X - Móvel	Odontologia
Mamógrafo	Radiologia
Tomógrafo Computadorizado (16 Cortes)	Tomografia
Ar Condicionado Ressonância	Ressonância Magnética
Ar Condicionado Tomografia	Tomografia
Pistola para Biópsia Mamária	Radiologia
Carro Maca para Ressonância Magnética	Sala de Exames de Ressonância Magnética
Ressonância Nuclear Magnética 1,5 T	Sala de Exames de Ressonância Magnética
Câmara Cintilografica (Gama Câmara)	Sala para Câmara de Cintilação
Ultrassom Diagnóstico sem Aplicação Transesofágica (Qtd. 2)	Ultrassonografia



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO IV AO PLANO DE TRABALHO

PLANILHA DE CUSTO TOTAL

ITEM	CUSTO ESTIMATIVO
PESSOAL	
(1) Pessoal	R\$ 1.503.770,32
1 a) Salários	R\$ 362.355,04
1 b) Outras Formas de Contratação	R\$ 720.000,00
1 c) Encargos	R\$ 186.415,28
1 d) Provisionamento (13º Salário e férias)	R\$ 180.000,00
1 e) Provisionamento (rescisões)	R\$ 40.000,00
1 f) Benefícios	R\$ 15.000,00
(2) Outros	R\$ 25.000,00
2 a) Gestão de Trabalho	R\$ 10.000,00
2 b) Educação Permanente	R\$ 15.000,00
DESPESAS GERAIS	
(1) Serviços Assistenciais	R\$ 1.661.796,22
1 a) Exames de Imagem	R\$ 1.441.796,22
1 b) Medicina Nuclear	R\$ 200.000,00
1 c) Gases Medicinais	R\$ 20.000,00
(2) Serviços de Apoio e Administrativos	R\$ 215.000,00
2 a) Alimentação	R\$ 75.000,00
2 b) Limpeza	R\$ 25.000,00
2 c) Segurança	R\$ 40.000,00
2 d) Lavanderia	R\$ 25.000,00
2 e) Transporte	R\$ 25.000,00
2 f) Coleta de resíduos Hospitalares	R\$ 15.000,00
2 g) Serviços de impressão cópia e gráfica	R\$ 10.000,00
(3) Materiais e Insumos	R\$ 80.000,00
3 a) Medicamentos	R\$ 30.000,00
3 b) Insumos Hospitalares	R\$ 30.000,00
3 c) Insumos Gerais (material de escritório, de consumo e uniformes)	R\$ 20.000,00
(4) Concessionárias	R\$ 6.000,00
4 a) Energia Elétrica	PMSG
4 b) Água e Esgoto	PMSG
4 c) Telefonia	R\$ 5.000,00
4 d) Banda Larga - Internet	R\$ 1.000,00
(5) Manutenção e Locação de Material permanente (equipamentos, mobiliário) e de informática	R\$ 65.000,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

5 a) Locação de equipamentos hospitalares	R\$ 40.000,00
5 b) Manutenção de material permanente - equipamentos médicos e biomédicos	R\$ 15.000,00
5 c) Manutenção de material permanente - mobiliário e equipamentos não médicos	R\$ 10.000,00
(6) Manutenção Geral	R\$ 35.000,00
6 a) Manutenção predial	R\$ 20.000,00
6 b) Refrigeração	R\$ 15.000,00
(7) Despesas Gerenciais e Administrativas	R\$ 59.000,00
7 a) Contabilidade	R\$ 15.000,00
7 b) Compras	R\$ 15.000,00
7 c) Jurídico	R\$ 20.000,00
7 d) Seleção e Contratação de RH	R\$ 3.000,00
7 e) Material de escritório	R\$ 4.000,00
7 f) Custos bancários	R\$ 2.000,00
(9) Tecnologia da Informação	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 3.660.566,54

OBS: Os itens 4a e 4b serão pagos pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO V AO PLANO DE TRABALHO

PRODUÇÃO ANUAL (2021) POLICLÍNICA ALCÂNTARA (CNES 2297280)

POLICLÍNICA ALCÂNTARA	Total 2021	
010101 Educação em saúde	66	178,20
020101 Coleta de material por meio de punção/biópsia	192	2.707,20
020102 Outras formas de coleta de material	2.895	-
020904 Aparelho respiratório	50	2.355,36
021102 Diagnóstico em cardiologia	3.663	18.864,45
030101 Consultas médicas/outras profissionais de nível superior	37.212	342.168,50
030110 Atendimentos de enfermagem (em geral)	21.225	79,38
040401 Cirurgia das vias aéreas superiores e do pescoço	137	771,31
Total	65.440	367.124,40

A produção e o custeio da Policlínica Alcântara serão incorporados na inauguração do Complexo Ambulatorial de Vila Três.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO/PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ _____, com sede na _____, através de seu representante legal infra-assinado, credencia o(a) Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida pelo _____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2022, em especial para formular lances verbais e para interpor recursos ou deles desistir.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal, com FIRMA RECONHECIDA)

“modelo referencial”

“papel timbrado da empresa”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

Declaramos sob as penas da Lei, a inexistência de fato impeditivo de nossa participação e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa, concordamos sem restrição com as condições constantes no Edital e que cumprimos com os requisitos de habilitação e idoneidade.

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ UF _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____

RG: _____ C.P.F. _____

Telefones: (____) _____ E-mail: _____

(Local e data)

(Carimbo e assinatura do responsável)

“modelo referencial”

“papel timbrado da empresa”



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART.7º DA CF DE 1988

_____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Ressalva:

() Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

São Gonçalo, RJ _____ de _____ de 2022.

"nome completo do representante legal"

"modelo referencial"
"papel timbrado da empresa"



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº _____/2022, QUE ENTRE SICELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, SEM FINS LUCRATIVOS, PARA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NA POLICLÍNICA DO VILA TRÊS.

Pelo presente instrumento particular Termo de Colaboração, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO GONÇALO**, órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo Municipal, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, representado pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor (a) da cédula de identidade n.º _____ - expedida pelo (órgão) / (UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominado simplesmente **FUNDAÇÃO**, e, de outro lado, a _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, domiciliada à _____, neste ato representado por (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de ID n.º _____, expedida pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, realizada por meio do processo administrativo n.º **0316/2022**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, e consoante autorização publicada no Diário Oficial do Município, em ____/____/20____, às fls. _____, assinam o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1. O presente TERMO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a completarem, cujas normas, desde já, entendem-se como integrantes deste, em especial pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações, bem como pelas demais normas citadas no Edital de Chamamento Público n.º 004/2022 e seus Anexos, as quais a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL declara conhecer e se obriga a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente **TERMO** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE**, por meio de **PARCERIA**, que assegure assistência universal e gratuita



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

à população, única e exclusivamente para o Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do **POLICLÍNICA DO VILA TRÊS**, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho (Anexo I) e seus Anexos.

2.1. A execução do presente Termo dar-se-á pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, observadas todas as condições propostas pela instituição na Proposta Técnica e Econômica e no Edital.

a) Passará a ser gerenciada de imediato pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a **POLICLÍNICA DO VILA TRÊS**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Plano de Trabalho e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à prestação mensal do serviço.

3.1. Prestar garantia nos termos estabelecidos no Plano de Trabalho e neste Termo de Colaboração;

3.2. Prestar esclarecimentos à Fundação e à Secretaria Municipal de Saúde, precisamente, à Coordenação do serviço, e sujeitar-se às orientações dos fiscais do Termo de Colaboração;

3.3. Relatar à Fundação, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, irregularidades ocorridas que impeçam, alterem ou retardem a execução do Termo de Colaboração, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento, sem prejuízo da análise da administração e das sanções previstas;

3.4. A OSC é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;

3.5. É vedado à OSC caucionar ou utilizar o Termo de Colaboração para quaisquer operações financeiras;

3.6. É vedado à OSC reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito da FUNDAÇÃO;

3.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Plano de Trabalho ou neste Termo de Colaboração;

3.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, hospedagem, alimentação, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução deste Termo de Colaboração;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 3.9. Realizar a manutenção preventiva e corretiva integral de todos os equipamentos envolvidos na prestação dos serviços, incluindo, mais não se resumindo, às suas partes, peças, cabos, ampolas e demais equipamentos constantes na Policlínica do Vila Três, assim como mobiliário de escritório, cadeiras de espera, computadores, dentre outros constantes na referida Policlínica.
- 3.10. Quaisquer danos aos bens de propriedade da FUNDAÇÃO que estiverem sob a guarda da OSC serão de responsabilidade desta, podendo o Município, em caso de não reposição ou de conserto em tempo hábil, descontar o valor do bem da garantia prestada;
- 3.11. Utilizar o mesmo sistema de gestão, regulação e prontuário eletrônico implantado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.12. Realizar a aquisição de computadores, monitores das salas de espera, totem de senha eletrônica, impressoras e tudo mais que for necessário para implantação do sistema de gestão, regulação e prontuário eletrônico implantado, conforme item acima;
- 3.13. Responsabilizar-se pela geração e registro das informações necessárias à realização do faturamento, de acordo com as definições das normativas do SUS, mantendo atualizados, mensalmente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, o CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, sendo que o faturamento seguirá as normas operacionais do Departamento de Regulação, Controle e Avaliação Municipal;
- 3.14. Fornecer e montar a infraestrutura no local de prestação do serviço, devendo fornecer o hardware e o software para PACS/RIS (Picture Archiving and Communication System/Radiology Information System), que consiste no banco de dados do Sistema de Informação em Radiologia integrado ao Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens, bem como todo o material de escritório, redes, cabeamento de dados, internet e demais acessórios adequados e necessários à perfeita execução do serviço;
- 3.15. Implantar e manter as normas de Proteção Radiológica junto aos seus funcionários, conforme a Portaria SVS/MS nº 453, de 1º de junho de 1998, e demais normas pertinentes;
- 3.16. Realizar armazenamento e back-ups dos exames realizados, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007, no Parecer nº 10/2009 e na Resolução nº 2.218/2018, ambas do Conselho Federal de Medicina;
- 3.17. Zelar pelo bom uso e guarda dos impressos, materiais e móveis colocados à sua disposição, respondendo pelas despesas necessárias para sua reparação quando forem apurados danos decorrentes de uso ou conservação;
- 3.18. Obedecer a todos os protocolos estabelecidos pelo Município e sua Regulação ou outro que venha substituí-lo, desde a solicitação e realização de exames, emissão dos laudos e a entrega final dos resultados;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

3.19. Controlar o resíduo de saúde gerado durante a prestação dos serviços, conforme legislação em vigor e se responsabilizar pelo descarte do lixo produzido;

3.20. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente aos equipamentos instalados na unidade, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou ao acompanhamento pelo Município.

3.21. Apresentar sempre que solicitado:

- a) Cópias dos contracheques e comprovantes de pagamento em conta corrente de cada trabalhador, prestando ou que tenha prestado serviços relativos ao presente Termo de Colaboração, assinados pelos mesmos;
- b) Cópias das guias de recolhimento do INSS e do FGTS, dos trabalhadores que estejam prestando ou que tenham prestado serviços previstos neste Termo de Colaboração;
- c) Cópia dos recibos de vales-transportes e alimentação de cada trabalhador, prestando ou que tenha prestado serviços previstos neste Termo de Colaboração, em caso da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fornecer o benefício alimentício, por intermédio de outra empresa que trabalhe com cartão magnético, deverá apresentar cópias dos respectivos comprovantes de créditos disponíveis nos cartões dos referidos funcionários;
- d) Cópia da folha individual de frequência de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços previstos neste Termo de Colaboração;
- e) Cópia do pagamento de férias ou verbas rescisória de todos os empregados estejam, ou estiveram prestando serviço previstos neste Termo de Colaboração;
- f) Certidões negativas de débitos atualizadas junto ao INSS, FGTS, CND Fazenda Nacional e CNDT;
- g) Cópia da GFIP e seu comprovante de recolhimento;
- h) Cópia da SEFIP, por tomador, que deve constar o nome de cada trabalhador prestando ou que tenha prestado serviços previstos neste Termo de Colaboração;

3.22. Realizar aquisição de insumos específicos do atendimento ao paciente, gestão e logística para a Policlínica do Vila Três;

3.23. Realizar contratação e gestão dos profissionais de todas as áreas concernentes à operação da unidade, conforme Anexo II ao Plano de Trabalho e o Edital;

3.24. Realizar os procedimentos e serviços previstos no Plano de Trabalho na unidade Vila Três, operação dos equipamentos, entrega do relatório médico de exames e aquisição de insumos e/ou medicamentos necessários, conforme previsto no Edital e seus anexos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- 3.25. Prestar o serviço com equipe composta por profissionais especializados para os devidos serviços contratados, em condições adequadas e exigidas pela legislação vigente.
- 3.26. Proceder à realização dos exames e seus respectivos laudos, cumprindo rigorosamente as determinações emanadas pelos órgãos responsáveis e fiscalizadores da atividade inerente, responsabilizando-se em todos os aspectos, sem qualquer exceção;
- 3.27. Fornecer todos os impressos e materiais de consumo específico, tais como: documentações radiológicas, materiais de administração, de enfermagem, medicamentos específicos, descartáveis e impressos necessários para a prestação de serviços;
- 3.28. Obedecer à padronização estabelecida pelo Município para o layout das instalações de recepção, registro, abrigo e espera dos pacientes, bem como todos os impressos inerentes ao serviço e/ou entregues aos pacientes, sendo vedada a colocação de quaisquer logomarcas ou símbolos diferentes do estabelecido pela Município;
- 3.29. Responsabilizar-se pela guarda dos pedidos médicos juntamente com os laudos para posterior fiscalização e controle da Secretaria Municipal de Saúde;
- 3.30. Disponibilizar diretamente ao paciente a documentação de todos os exames de Imagem na forma de CD ou mídia equivalente;
- 3.31. Disponibilizar o laudo dos exames realizados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após sua realização. Caso os exames não sejam disponibilizados no prazo previsto, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá ser notificada conforme previsão legal;
- 3.32. A OSC deverá disponibilizar os laudos dos exames realizados através da internet, sem prejuízo da entrega da mídia com as imagens diretamente ao paciente, imediatamente após a realização do exame;
- 3.33. Submeter os resultados de todos os exames à revisão de laudo por médico com Título de Especialista pelo Colégio Brasileiro de Radiologia, antes de sua liberação;
- 3.34. Transmitir as imagens em formato DICOM 3.0, ou semelhante;
- 3.35. Garantir que a transmissão remota dos exames, seja por banda larga ou satélite, conforme resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.890/2009;
- 3.36. Manter o armazenamento e guarda dos exames, laudos e prontuário e seus back-ups, atendendo integralmente às regras estabelecidas na Resolução nº 1.821/2007, no Parecer nº 10/2009 e na Resolução nº 2.218/2018, ambas do Conselho Federal de Medicina, ficando determinado que ao encerramento do presente Termo de Colaboração, motivado ou imotivadamente, todos os exames e resultados, bem como seus arquivos físicos e eletrônicos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

deverão ser transferidos para a FUNDAÇÃO, sem quaisquer restrições à leitura ou acesso e sem nenhum ônus adicional;

3.37. Providenciar a correta ligação dos equipamentos à rede de energia local, em ponto previamente disponibilizado pela FUNDAÇÃO;

3.38. Comprometer-se a preencher toda a documentação referente ao atendimento prestado ao paciente, bem como os documentos necessários ao processo de faturamento, pelo Município, junto ao SUS;

3.39. Garantir que sejam adotadas as normas da Política Nacional de Humanização e orientações da Secretaria Municipal de Saúde, centrando as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos pacientes, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;

3.40. Fornecer:

a) Materiais médicos, insumos relacionados ao atendimento do paciente e instrumental adequado;

b) Exames de imagem;

c) Serviços de Esterilização dos Materiais Médicos, tanto de materiais termo resistentes quanto de materiais termo sensíveis;

d) Engenharia Clínica, manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos disponibilizados para funcionamento da unidade;

e) Uniformes no padrão estabelecido;

f) Vigilância desarmada;

g) Lavanderia;

h) Limpeza;

i) Manutenção Predial e Conforto Ambiental;

j) Coleta, transporte e tratamento de resíduos;

k) Serviços Médicos Especializados.

3.41. Implantar Diretrizes Clínicas, Normas, Rotinas Básicas e Procedimentos, desde o início das atividades, de acordo com os seguintes preceitos:

a) Centrar as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- b) As rotinas técnicas e assistenciais, bem como a qualidade dos materiais e insumos a serem utilizados na unidade deverão ter aprovação pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Revisar e ajustar, após a implantação, as diretrizes clínicas, normas, rotinas básicas e procedimentos, sempre que houver alterações que envolvam novas tecnologias, incremento ou desativação de serviços ou alterações na estrutura organizacional;

3.42. METAS DE PRODUÇÃO

3.42.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deve realizar mensalmente o volume de procedimentos estimado, ANEXO I ao Plano de Trabalho anexo ao Edital;

3.42.2. Tal quantitativo refere-se à produção estimada a ser realizada no equipamento, levando-se em conta as informações técnicas do fabricante e a média de produção de equipamentos semelhantes. A produção pode variar, de acordo com a média de exames/dia produzidos, a demanda do serviço e o tipo do exame a ser realizado;

3.42.3. O critério de medição de serviço é o número de exames devidamente laudados e entregues ao município, comprovados através de relatório que conste o nome dos pacientes, os exames realizados, a data de realização do exame e o número do documento de identificação (cartão SUS, CPF, Identidade, etc.);

3.42.4. A realização das consultas será por demanda da Subsecretaria de Regulação e serão aceitos somente pacientes encaminhados pelo sistema de regulação;

3.42.5. Caso ocorram mais procedimentos e/ou exames encaminhados por necessidade da Regulação, esses serão pagos pelo valor da tabela SUS (SIGTAP). O valor dos procedimentos excedentes não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o limite máximo de 25% do valor deste Termo de Colaboração, no que refere acréscimos ou supressões;

3.42.6. A variação da produção será analisada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, a qual, sempre que necessário, deverá sugerir a aplicação de glosa;

3.42.7. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá encaminhar mensalmente ao Município relação nominal com número do documento de identificação dos pacientes que realizaram exames, consultas ou procedimentos no período, contendo descrição dos procedimentos realizados de acordo com tabela SIGTAP/SUS.

3.43. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

3.43.1. A OSC deverá garantir e prover, nos casos em que couber, a assistência técnica durante todo o período de execução dos serviços, devendo resolver os problemas identificados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para os reparos eventuais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FUNDAÇÃO

4. A FUNDAÇÃO possui as seguintes obrigações:

4.1. Proporcionar o suporte e a adoção de providências indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

4.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado no Termo de Colaboração, desde que sejam observadas as respectivas condições contratuais;

4.3. Aplicar as sanções necessárias, conforme previsto no Plano de Trabalho;

4.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Plano de Trabalho e da proposta, para fins de aceitação e recebimentos;

4.5. Comunicar à OSC, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do serviço, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4.6. A FUNDAÇÃO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela OSC com terceiros, ainda que vinculados à execução do respectivo Termo de Colaboração, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da OSC, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5. Os recursos necessários à contratação correrão a conta do(s) Programa(s) de Trabalho(s), Natureza de Despesa(s) e Fonte(s) de recurso(s) abaixo descritas:

Programa de Trabalho (PT): 23.051.10.302.2044.2123

Natureza de Despesa (ND): 33.90.39.00

Fonte de Recurso (FR): 47 – Concessão (CEDAE)

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

6.1. **PREÇO:**

6.1.1. O preço total a ser pago pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo pelo objeto deste Termo de Colaboração para o prazo contratual de 12 (doze) meses é de **R\$43.926.798,48 (quarenta e três milhões, novecentos e vinte e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos)**, conforme os valores constantes no Edital e seus anexos (PLANILHA DE CUSTO TOTAL – ANEXO IV do Plano de Trabalho).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

6.2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

I A entrega da produção mensal de atendimento ambulatorial deverá ser apresentada de forma digital até o quinto dia do mês subsequente, de acordo com os ditames do Anexo I ao Plano de Trabalho, através do Instrumento de Medição do Serviço (IMS) – o qual deverá receber o aceite da Comissão de Monitoramento e Avaliação para, somente após, a empresa emitir a respectiva Nota Fiscal Eletrônica;

II A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser entregue até o décimo quinto dia útil de cada mês, e o pagamento será efetuado através de conta bancária, que será informada pela empresa vencedora, observada a ordem cronológica de chegada de títulos.

III Juntamente com a Nota Fiscal, a Empresa Vencedora deverá apresentar os documentos relacionados no Anexo I ao Plano de Trabalho.

IV A nota fiscal deverá chegar para a Secretaria Municipal de Saúde, devidamente atestada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, devendo constar o carimbo e a assinatura do servidor responsável, bem como a data do efetivo recebimento, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos e entrelinhas.

V Após a atestação das Notas Fiscais, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua verificação, observada a ordem cronológica de chegada de títulos, prazo este contado quando da entrada da referida nota no Setor competente.

VI O pagamento será realizado com o integral cumprimento da prestação de serviços constante da nota de empenho emitida pelo Fundo Municipal de Saúde.

VII O pagamento será suspenso se observado algum descumprimento das obrigações assumidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL no Termo de Colaboração, no que se refere à habilitação e qualificação exigidas no chamamento público.

VIII Qualquer pagamento somente será efetuado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL após as conferências da Administração do Fundo Municipal de Saúde, e ainda, se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL não tiver nenhuma pendência de débito junto à FUNDAÇÃO, inclusive multa.

IX Fica vedado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a cessão de créditos às instituições financeiras ou quaisquer outras, sob pena de rescisão contratual e demais sanções.

X Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade do serviço prestado com o discriminado na respectiva Nota Fiscal, mediante o aceite pelo Secretário solicitante, e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal.

XI O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e da respectiva nota fiscal da licitação pela FUNDAÇÃO.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

XII As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e seu vencimento ocorrerá 30 (trinta) dias úteis após a data de sua reapresentação válida.

XIII O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente do fornecedor, por ordem bancária em prazo não superior a 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal. Sob nenhuma hipótese será acatada cobrança através de Boleto Bancário.

XIV O pagamento será efetuado pela Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, exclusivamente mediante crédito em conta corrente da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

XV Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, o valor devido será acrescido de 1% (um por cento) a título de multa, incidindo uma única vez, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

XVI O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Presidente da Fundação, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL dirigido ao Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

XVII Caso a da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo efetue o pagamento devido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL em prazo inferior a 30 (trinta) dias, será descontado da importância devida o correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

XVIII Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações em virtude de penalidades impostas à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou inadimplência de cláusulas do Termo de Colaboração, inclusive.

XIX As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome e endereço da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo.

XX Havendo identificação na Nota Fiscal de cobrança indevida, o fato será informado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL e, a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida, sendo atestada pelo responsável designado.

XXI A identificação de cobrança indevida na Nota Fiscal, por parte da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, deverá ocorrer em no máximo 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do seu recebimento pelo órgão requisitante.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

XXII O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, conforme disposto no Art. 73 da Lei de Licitações, observadas ainda os seguintes procedimentos:

a) A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

a.1) Do pagamento da remuneração das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do §2º e do §4º do art. 31 da Lei nº 9.032, de 1995, quando se tratar de mão de obra diretamente envolvida na execução de serviços, na contratação de serviços continuados;

a.2) Da regularidade fiscal, constatada de consulta *online* aos sítios eletrônicos oficiais competentes; e

a.3) Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal que tenha sido paga pela administração.

XXV – Visando a viabilidade e implantação do serviço público, a Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo irá antecipar o pagamento da primeira parcela referente ao Termo de Colaboração à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. Esta será descontada após a comprovação da execução do serviço contratado (Quantidade e Qualidade).

Parágrafo Primeiro: o descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Segundo: na hipótese de pagamento dos juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente que adotará as providências para verificar se é ou não o caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

Parágrafo Terceiro: a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades previstas no Termo de Colaboração, assim como no Edital e seus Anexos; ou

b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA SÉTIMA – CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

7.1. Ficam desde já cedidos à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO, os bens móveis e imóveis, equipamentos e instalações do POLICLÍNICA DO VILA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

TRÊS, identificados, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação, conforme este Termo.

7.2. É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento.

7.3. Obriga-se a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira em relação aos bens imóveis cedidos:

- a) Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste TERMO DE COLABORAÇÃO em perfeitas condições de uso e conservação, sob pena de, a critério desta municipalidade, pagar os prejuízos, ou consertar os danos.
- b) Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do TERMO DE COLABORAÇÃO e do bem cedido.
- c) Pagar todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos.
- d) Retirar às suas expensas, caso solicitado por esta municipalidade, eventuais bens adquiridos com recursos próprios, que se encontrem no bem cedido, ainda que a ele provisoriamente agregados.
- e) Providenciar o seguro contra incêndio às suas expensas, apresentando a esta municipalidade a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.
- f) Os bens móveis cedidos na forma desta cláusula poderão, mediante prévia avaliação e expressa autorização do Prefeito, ser alienados e substituídos por outros de igual ou maior valor, que serão automaticamente incorporados ao patrimônio da Fundação Municipal de Saúde.

CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É lícita a subcontratação, em qualquer caso, dos serviços acessórios ao presente Termo de Colaboração, tais como: Serviço de Alimentação e Dietética, Serviço de Processamento da Roupas, Serviço de Higienização e Limpeza, Vigilância, Manejo e Destinação de Resíduos, Serviço de Análises Clínicas, Manutenção e Engenharia Clínica, Gases Medicinais, Transporte Sanitário, Serviços Médicos e Odontológicos, Serviços de Sistemas de Informática;

8.2. As subcontratações terão que ser encaminhadas para o conhecimento da Fundação Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Saúde de São Gonçalo.

8.3. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL poderá realizar a locação dos equipamentos previstos no Anexo III ao Plano de Trabalho, anexo ao Edital, para o atendimento do objeto deste Termo de Colaboração, desde que atenda às metas quantitativas e qualitativas previstas neste e no Edital e seus anexos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

9.1. O prazo do presente TERMO é de 12 (doze) meses, de / / a / / , a contar da publicação da assinatura do Termo.

9.2. O prazo descrito no caput poderá ser prorrogado, limitado à duração máxima de 60 (sessenta) meses, desde que demonstrada a vantajosidade para a FUNDAÇÃO e cumpridas as metas e indicadores estabelecidos.

9.3. A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto à FUNDAÇÃO em, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação da FUNDAÇÃO dentro do período de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. A Administração Pública Municipal poderá autorizar ou propor a alteração do Termo de Colaboração ou do Plano de Trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto, da seguinte forma:

(i) por termo aditivo à parceria para:

- a) ampliação do valor global, no limite máximo de até 30% (trinta por cento);
- b) redução do valor global, sem limitação de montante;
- c) prorrogação da vigência, limitados à duração máxima de 60 (sessenta) meses;
- d) alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

(ii) por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

- a) utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

10.2. A Administração Pública Municipal poderá autorizar, após solicitação fundamentada da organização da sociedade civil, por meio de deliberação do Gestor ou Comissão Gestora da parceria e ratificação da Comissão de Monitoramento e Avaliação, desde que não haja alteração do objeto e acréscimo do valor global da parceria:

- a) a utilização de rendimentos de aplicações financeiras antes do término da execução da parceria.

10.3. Sem prejuízo das alterações acima previstas, a parceria deverá ser alterada por certidão de apostilamento, independentemente de anuência da organização da sociedade civil, para:

- (i) prorrogação da vigência, antes de seu término, quando o órgão ou a entidade da administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado e (ii) indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1. O reajuste de preços, se cabível, somente será devido, por ocasião da prorrogação da vigência deste Termo de Colaboração, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e observados os seguintes fatores:

- (i) no caso das despesas e custos atrelados à mão de obra principal utilizada no objeto da parceria, deverá ser demonstrada de forma analítica a variação dos custos conforme acordo ou convenção coletiva de regência da categoria;
- (ii) em relação aos demais custos e despesas previstos neste Termo de Colaboração, será observado o reajuste medido pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado-Especial (IPCA-E) do IBGE, a cada período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do extrato do Termo.

11.2. Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial da parceria, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, ou, por ocorrência de evento superveniente de cunho extraordinário que afete a manutenção da execução do objeto da parceria, mediante justificativa da Administração Municipal.

11.3. O pleito de reajuste deverá ser apresentado através de planilha analítica, sendo submetida à análise da Secretaria Municipal de Saúde.

11.4. Os eventuais reajustes serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação do Termo de Parceria ou com o encerramento da vigência da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

12.1. A FUNDAÇÃO deverá realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas *in loco*, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma da Lei n.º 13.019/2014.

12.2. Para a implementação do disposto no *caput*, o órgão poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.3. Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a FUNDAÇÃO realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

12.4. Para a implementação do disposto no § 2º, a FUNDAÇÃO poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

12.5. A FUNDAÇÃO emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

12.6. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III. valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração; V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

12.7. Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria poderá ser acompanhada e fiscalizada pelos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada esfera de governo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste TERMO, do Plano de Trabalho, bem como por execução da parceria em desacordo com a Lei Federal nº 13.019/2015, e suas alterações, a FUNDAÇÃO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso (ii).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

13.2. As sanções estabelecidas nos incisos (ii) e (iii) são de competência exclusiva do Secretário Municipal de Saúde, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

14.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL assume, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da contratação de pessoal necessária à boa e perfeita execução do presente TERMO, e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados à FUNDAÇÃO ou a terceiros.

14.2. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à FUNDAÇÃO no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da notificação à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de aplicação de penalidades na forma da CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

14.3. A FUNDAÇÃO não é responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente TERMO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da FUNDAÇÃO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

14.4. A FUNDAÇÃO não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TERMO, bem como por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA

15.1. O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Nesta hipótese, as partes definirão através de Termo de Encerramento as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades em relação à conclusão ou extinção do trabalho em andamento.

15.2. Se for o caso, por ocasião da denúncia, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Fundação Municipal de Saúde, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

16.1. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente TERMO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

16.2. Na ocorrência de rescisão, a FUNDAÇÃO suspenderá imediatamente todo e qualquer pagamento a ser realizado à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, ficando esta obrigada a prestar contas das importâncias recebidas e a devolver os saldos financeiros remanescentes, se for o caso, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade responsável pela parceria, com encaminhamento posterior à conclusão à Controladoria Geral da Fundação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

17.1. No caso de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, a FUNDAÇÃO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I. retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL até o momento em que a FUNDAÇÃO assumir essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

18.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação previstas no Edital durante o curso do presente TERMO.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FORÇA MAIOR

19.1. Os motivos de força maior que possam impedir a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL de cumprir as metas pactuadas, deverão ser comunicados a FUNDAÇÃO, na primeira oportunidade e por escrito, sob pena de não serem aceitas pela Fiscalização.

19.2. Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do TERMO e a alteração do Programa de Trabalho, desde que pôr termo aditivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESILIÇÃO UNILATERAL PELA FUNDAÇÃO

20.1. Em caso de resilição unilateral por parte da FUNDAÇÃO, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL fará jus exclusivamente ao ressarcimento de eventuais danos materiais comprovadamente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

demonstrados, desde que tenha atendido às determinações do Edital, de seus anexos e do presente Termo na realização dos atos que fundamentam tal direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município, à conta da FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

22.1. A FUNDAÇÃO providenciará a remessa de cópias do presente TERMO ao órgão de controle interno, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o foro Central da Comarca de São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro, renunciando, desde já, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

OSC

Testemunhas:

Nome (legível e por extenso):
CPF:

Nome (legível e por extenso):
CPF:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO VI

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PARCERIA

Entende-se que a Proposta de Parceria é a demonstração do conjunto dos elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequada para caracterizar o perfil da unidade e o trabalho técnico gerencial definido no objeto da Seleção.

TÍTULO:

Programa de Trabalho para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na Policlínica do Vila Três, conforme Edital de Seleção da Chamada Pública n.º 004/2022.

1. PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL / ASSISTENCIAL (C1)

Este item deverá caracterizar o Modelo Gerencial e Operacional para a execução de atividades, ações e serviços de saúde na Policlínica do Vila Três, e deverá conter os seguintes tópicos:

- a) Organograma;
- b) Protocolos e organização de atividades de atendimento;
- c) Protocolos e organização do Serviço de Imagem;
- d) Atividades de Apoio;
- e) Atividades Administrativas e Financeiras;
- f) Apresentação da Política de Gestão de Pessoas a ser praticada;

2. PROPOSTA DE ATIVIDADES VOLTADAS A QUALIDADE (C2)

As propostas de atividades voltadas à qualidade deverão estar orientadas a obter e garantir a melhor assistência possível, dado o nível de recursos e tecnologia existentes. O ente interessado estabelecerá em sua oferta, entre outras:

- a) Proposta de funcionamento das Comissões Técnicas que implantará na Policlínica do Vila Três, e solicitadas no Anexo I, especificando: perfil dos membros componentes, objetivos, metas e frequência de reuniões, caso necessário;
- b) Monitoramento de indicadores de desempenho da qualidade e da produtividade, dentre outros;
- c) Sistemáticas de aplicação de ações corretivas de desempenho a partir do monitoramento acima;
- d) Proposta de Serviço de Atendimento ao Usuário e Pesquisa de Satisfação;
- e) Proposta de Educação Permanente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

- f) Sustentabilidade ambiental quanto ao descarte de resíduos;
- g) Sistemática de monitoramento e garantia da qualidade da Informação;
- h) Outras iniciativas e Programas de Qualidade, implantados ou em desenvolvimento pela Entidade: apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, cronograma de implantação, orçamento previsto, etc.

3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (C3)

- a) Comprovação de experiência anterior dos profissionais/corpo técnicos da entidade, pertinente e compatível com o objeto deste Edital, através de documentação hábil, fornecida por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que permitam comprovar a atuação dos referidos profissionais na área de saúde.
- b) Caso o documento fornecido seja declaração emitida por pessoa jurídica de direito privado, este deverá possuir o reconhecimento de firma da pessoa responsável pela assinatura do mesmo.
- c) Para fins de validade dos documentos comprobatórios, entende-se por compatibilidade com o objeto licitado aqueles serviços prestados em pronto atendimento em clínicas e/ou hospitais, públicos ou privados.

4. EXPERIÊNCIA EM GESTÃO HOSPITALAR \ URGÊNCIA EMERGÊNCIA \ AMBULATORIAL - NO CONJUNTO DA PROPOSTA (C4).

4.1 A Experiência em Gestão de Unidades de Urgência e Emergência, com perfil semelhante, assim entendido como unidade hospitalar ou unidade de pronto atendimento e a Gestão de Unidades Ambulatoriais será comprovada através de contratos de gestão neste ou em outros municípios, devendo ser apresentado atestados de capacidade técnica e/ou mediante a apresentação de qualquer outro documento oficial que comprove que a Organizações da Sociedade Civil geriu alguma unidade de saúde por determinado tempo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO VII

PARÂMETROS PARA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

O Programa de Trabalho para gestão da Policlínica do Vila Três, baseado nas especificações e condições previstas no Anexo I, será analisado e pontuado conforme o quadro abaixo:

CrITÉRIOS (em referência ao Anexo VII)	Pontuação Máxima
C1 – PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL/ASSISTENCIAL	30 pontos
C2 – PROPOSTAS DE ATIVIDADES VOLTADAS À QUALIDADE	40 pontos
C3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	40 Pontos
C4 – EXPERIÊNCIA EM GESTÃO HOSPITALAR \ URGÊNCIA E EMERGÊNCIA \ AMBULATORIAL	30 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL	140 Pontos

1. Somente serão analisados os envelopes B – Programa de Trabalho, das Organizações da Sociedade Civil, que após a análise de toda a documentação do envelope A, cumprirem todos os requisitos desse edital, sagrando-se assim, habilitadas nesse certame.

2. Serão desclassificados os Programas que:

2.1. Não atingirem uma pontuação total mínima de 100 (cem) pontos nos Critérios:

C.1 - Atividade.

C.2 - Qualidade.

C.3 - Qualificação Técnica.

C.4 - Experiência em Gestão Hospitalar \ Urgência e Emergência \ Ambulatorial

2.2. Não atenderem às exigências deste Edital;

2.3. Que contiverem uma estimativa de despesas para custeio das atividades da Policlínica do Vila Três, com valores manifestamente inexequíveis, conforme artigo 48 da Lei.8666/93.

3. No julgamento da Pontuação Técnica para a definição da Nota Técnica (NT) será considerado o somatório dos resultados obtidos por cada fator de avaliação, sendo desclassificada a Organizações da Sociedade Civil que não atingir no somatório do NT o mínimo de 100, conforme o item 2.1 acima.

$$\text{NT} = \text{C1} + \text{C2} + \text{C3} + \text{C4}$$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

4. O Julgamento do Programa de Trabalho será definido através do ITP (Índice Técnico da Proposta), que consistirá no resultado da apuração obtida na Nota Técnica (NT) das Organizações da Sociedade Civil Filantrópicas habilitadas, dividida pela pontuação Maior de Nota Técnica (MNT) dentre todas as propostas das Organizações da Sociedade Civil Filantrópicas habilitadas:

$$\text{ITP} = \frac{\text{NT} \times 10}{\text{MNT}}$$

5. No julgamento das Propostas para a definição da Nota de Preço (**NP**) serão avaliados os Preços Propostos (**PP**) pelas Organizações da Sociedade Civil Filantrópicas habilitadas, em relação à Proposta de Menor Preço (**MP**) das Organizações da Sociedade Civil Filantrópicas habilitadas, conforme fórmula a seguir:

$$\text{NP} = \frac{\text{MP} \times 10}{\text{PP}}$$

6. A classificação das propostas far-se-á pela média ponderada das Propostas Técnicas e Econômicas, mediante a aplicação da seguinte fórmula com os respectivos pesos:

PROPOSTA TÉCNICA: PESO = 70 PROPOSTA DE PREÇOS: PESO = 30

$$\text{A} = ((\text{ITP} \times 70) + (\text{NP} \times 30)) / 100$$

Onde:

A= Avaliação

ITP = Índice Técnico da Proposta.

NP = Nota de Preço.

7. Será declarada vencedora do processo de seleção a Organizações da Sociedade Civil cuja Avaliação obtenha a maior pontuação de avaliação dentre as demais pontuações totais. Em caso de empate entre as Organizações da Sociedade Civil, o critério para desempate obedecerá a saúde financeira da OSC participantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO VIII

MATRIZ DE AVALIAÇÃO PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Item C1: PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL/ASSISTENCIAL – No conjunto da Proposta corresponde a 30 pontos.

Avalia a adequação da Proposta de organização dos serviços e execução das atividades assistenciais à capacidade operacional da unidade. Observa os meios sugeridos, resultados e cronogramas.

Item C2: PROPOSTA DE ATIVIDADES VOLTADAS À QUALIDADE – No conjunto da Proposta equivale a 40 pontos.

Expressa e promove meios para a obtenção de nível ótimo de desempenho dos serviços para a eficácia das ações de assistência e a Humanização das relações entre equipe profissional, usuários da unidade e comunidade.

Item C3: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – No conjunto da Proposta equivale a 40 pontos.

Identifica capacidade gerencial, habilidade na execução das atividades, meio de suporte para a efetivação das atividades finalísticas assistenciais, com profissionais habilitados, na busca de desenvolvimento para a saúde coletiva.

Identificar a experiência em Gestão Hospitalar/Urgência e Emergência/Ambulatorial e a experiência e Responsabilidade Técnica.

Item C4: Experiência em Gestão Hospitalar/Urgência e Emergência/Ambulatorial - No conjunto da Proposta equivale a 30 pontos.

Itens de Avaliação	Pontuação Máxima
CRITÉRIO - C1. PROPOSTA DE MODELO GERENCIAL / ASSISTENCIAL	
(a) Organograma descritivo dos níveis hierárquicos, explicitando competências e atribuições com relação de multidisciplinaridade, e de acordo com as normas vigentes do CFM e MS.	4,0 pontos
(b) Procedimentos, protocolos, rotinas e fluxogramas com base no objeto do presente edital: descrever com base nas diretrizes das sociedades de especialidades médicas, relativas aos procedimentos previstos para atendimento dos pacientes, de acordo com as necessidades previstas.	4,0 pontos
(c) Procedimentos, protocolos, rotinas e fluxogramas propostos para a equipe de enfermagem, nos principais setores da unidade objeto desse certame.	4,0 pontos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

(d) Protocolos e organização do Serviço de Imagem, incluindo implantação: detalhar a forma de organização do Serviço	6,0 pontos
(e) Atividades de Apoio: detalhar a organização das atividades não estritamente assistenciais, mas essenciais ao funcionamento da unidade.	4,0 pontos
(f) Atividades Administrativas e Financeiras: detalhar a estrutura (organograma), as rotinas e processos de controle, especificando normas e as áreas de abrangência.	2,0 pontos
(g) Quantificação da assistência, incluindo eventual proposta de incremento de atividade: a avaliação se dará sobre quadro indicativo do tipo de serviço e respectivas quantidades mínimas asseguradas, respeitando as características do atendimento.	2,0 pontos
(h) Política de Gestão de Pessoas: detalhar mecanismos de recrutamento, seleção e ambientação de colaboradores, bem como as formas de avaliação de desempenho, controle de assiduidade e pontualidade. Descrever a implantação de Programa de Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida em linha com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST.	2,0 pontos
(i) Dimensionamento de recursos humanos: deverá contemplar a necessidade de pessoal de acordo com as respectivas categorias profissionais.	2,0 pontos
TOTAL QUADRO C1	30 pontos

CRITÉRIO - C2. PROPOSTA DE ATIVIDADES VOLTADAS À QUALIDADE	
(a) Funcionamento das Comissões Técnicas: especificar o perfil dos membros componentes, objetivos, metas e frequência de reuniões.	3,0 pontos
(b) Utilização do Registro de Atendimento Eletrônico e formas de armazenamento bem como a segurança da informação.	3,0 pontos
(c) Monitoramento de indicadores de desempenho da qualidade e da produtividade: detalhar o plano proposto, bem como os processos, a sistemática e a capacitação da equipe dedicada.	4,0 pontos
(d) Sistemáticas de aplicação de ações corretivas de desempenho a partir do monitoramento: descrever o plano proposto, cronograma de implantação e alcance das medidas.	4,0 pontos
(e) Serviço de Atendimento ao Usuário e Pesquisa de Satisfação: detalhar a implantação, processos e alcance.	4,0 pontos
(f) Educação Permanente: detalhar o plano proposto, procedimentos e critérios para seleção de temas, periodicidade e resultados esperados.	4,0 pontos
(g) Certificação de Organizações da Sociedade Civil Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS Saúde), regulamentado por meio da Lei nº 12.101/2009, publicado e em vigência.	4,0 pontos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

(h) Sustentabilidade ambiental quanto ao descarte de resíduos: descrever o plano proposto, bem como as etapas de sua implantação e os ganhos previstos.	4,0 pontos
(i) Sistemática de monitoramento e garantia da qualidade da Informação: descrever como irá produzir e analisar informações geradas na unidade; detalhar a organização e definição dos processos de trabalho.	5,0 pontos
(j) Outras iniciativas e Programas de Qualidade, implantados ou em desenvolvimento pela Organização da Sociedade Civil: apresentar um plano de organização específico com definição de alcance, metodologia, cronograma de implantação, orçamento previsto.	5,0 pontos
TOTAL QUADRO C2	40 pontos

CRITÉRIO - C3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
Formatação Acadêmica da Equipe Técnica. Comprovar o vínculo do profissional:	
Critério	Pontuação
(a) Graduação pertinente e compatível com o objeto, através de documentação hábil, fornecida por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que permitam comprovar a atuação dos referidos profissionais na área de saúde.	2,0 pontos
(b) Especialização pertinente e compatível com o objeto, através de documentação hábil, fornecida por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que permitam comprovar a atuação dos referidos profissionais na área de saúde.	3,0 pontos
(c) Mestrado ou Doutorado pertinente e compatível com o objeto, através de documentação hábil, fornecida por pessoas jurídicas, de direito público ou privado, que permitam comprovar a atuação dos referidos profissionais na área de saúde.	4,0 pontos
TOTAL	
Experiência Profissional da Equipe Técnica: Mínimo de 01 (um) profissional diferente, em cada critério.	
(a) Possuir em seu quadro permanente profissional com especialização de forma a garantir a excelência dos serviços oferecidos. A saber: 1 (um) profissional com formação em Medicina, devidamente registrado e em dia com suas obrigações junto ao Conselho Regional de Medicina.	4,5 pontos
(b) Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo de 12 meses completos.	5,5 pontos
(c) Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo de 24 meses completos.	6,0 pontos
(d) Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo de 36 meses completos.	6,5 pontos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

(e) Exerce(m) ou exerceu(ram) atribuições em desenvolvimento de projeto em área afim pelo prazo de 48 meses completos.	8,5 pontos
TOTAL	
TOTAL QUADRO C3	40 PONTOS

CRITÉRIO - C4. EXPERIÊNCIA EM GESTÃO HOSPITALAR/URGÊNCIA E EMERGÊNCIA/AMBULATORIAL	
(a) Experiência de 01 ano em GESTÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, com perfil semelhante assim entendido como unidade hospitalar ou unidade de pronto atendimento.	6,0 pontos
(b) Experiência de 02 anos em GESTÃO DE UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, com perfil semelhante, assim entendido como unidade hospitalar ou unidade de pronto atendimento.	8,0 pontos
(c) Experiência de 03 anos em GESTÃO DE UNIDADES AMBULATORIAIS, com perfil semelhante ao descrito neste EDITAL e seus ANEXOS.	8,0 pontos
(d) Experiência no gerenciamento e controle de serviços de imagem com perfil semelhante ao descrito neste EDITAL e seus ANEXOS.	8,0 pontos
TOTAL QUADRO C4	30 PONTOS
TOTAL QUADROS C1 + C2 + C3 + C4	140 PONTOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO IX

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DO IMÓVEL SITUADO À RUA NESTOR PINTO ALVES N°, VILA TRÊS, NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, NESTE ESTADO E DOS BENS MÓVEIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM: 1) MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO - RJ, COMO PERMITENTE, E 2) _____, COMO PERMISSIONÁRIO, NA FORMA ABAIXO:

Aos _____ dias do mês de _____ de 2022, na FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, situada à Avenida São Gonçalo G2 – Boa Vista - São Gonçalo/RJ, CEP 24466- 970, perante as testemunhas abaixo assinadas, presentes, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 28.636.579/0001-00, por intermédio da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 39.260.120/0001-63, órgão da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Municipal, inscrito no CNPJ/MF sob on.º 28.636.579/0009-50, representado pelo (a) Presidente da Fundação Municipal de Saúde, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, domiciliada à (endereço completo), doravante designado simplesmente **PERMISSIONÁRIO**, neste ato representado por (nome), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), subscritor(a) da cédula de id n.º XX, expedida pelo (órgão)/(UF), devidamente inscrito(a) no CPF/MF sob o n.º _____, domiciliado(a) (endereço completo), é assinado o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL E DE BENS MÓVEIS** a título precário, na forma do constante no processo administrativo n.º XX /2022 e que se regerá pela Lei Orgânica do Município de São Gonçalo, promulgada em 04 de abril de 1990, no que couber, e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto desta permissão de uso o imóvel de propriedade do MUNICÍPIO, situado na Rua Nestor Pinto Alves, Sem N° Vila Três, no Município de São Gonçalo/RJ, e os bens móveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS

Os bens que terão o uso permitido através do presente instrumento destinar-se-ão, exclusivamente, à prestação de assistência à saúde de usuários do SUS, vedada a sua destinação para finalidades diversas, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente permissão de uso se rege pelo disposto na Lei municipal n.º 370/2011, regulamentada pelo Decreto municipal n.º 008 de 2018, no que couber, bem como pelas demais normas legais em vigor ou que venham a ser posteriormente editadas sobre a utilização de imóveis do patrimônio municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiverem em vigor o Termo de Colaboração, do qual é parte integrante.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONSERVAÇÃO DOS BENS

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a conservar os bens que tiverem o uso permitido, mantendo-os permanentemente limpo e em bom estado de conservação, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução.

CLÁUSULA SEXTA – DAS MONTAGENS, CONSTRUÇÕES, BENFEITORIAS

É vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Fundação Municipal de Saúde, devendo-se subordinar eventual montagem de equipamentos ou a realização de construções também às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades estaduais e municipais competentes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Finda a permissão de uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do PERMITENTE, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e /ou instalações existentes no imóvel, assegurado ao PERMITENTE, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhes venham a ser causadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso aos bens que tenham uso permitido aos servidores da Fundação Municipal de Saúde, ou de quaisquer outras repartições municipais, incumbidos de tarefas de fiscalização geral, ou em particular, da verificação do cumprimento das disposições do presente termo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIROS

O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso dos bens objeto deste termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não será responsável, seja a que título for por



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.

CLÁUSULA NONA – DOS OUTROS ENCARGOS

PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste termo ou da utilização dos bens e da atividade para a qual a presente permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas e securitários, cabendo ao PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás e seguros obrigatórios e legalmente exigíveis.

PARÁGRAFO ÚNICO - O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO, no caso de denegação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no imóvel objeto deste termo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OUTRAS RESTRIÇÕES NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente permissão e obrigam-se, por si, seus herdeiros e sucessores:

- a) a restituir os imóveis e os bens móveis ao MUNICÍPIO, nas condições previstas no parágrafo único da cláusula décima terceira, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar os bens senão na finalidade prevista na cláusula segunda deste Termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, os bens objeto desta permissão ou os direitos e obrigações dela decorrentes, salvo com expressa e prévia decisão autorizativa do PERMITENTE e assinatura de termo aditivo para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO

Finda a qualquer tempo a permissão de uso deverá o PERMISSIONÁRIO restituir os bens em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO. Qualquer dano porventura causado aos bens que tiverem uso permitido será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo o MUNICÍPIO exigir reposição das partes danificadas ao estado anterior ou o pagamento do valor correspondente ao prejuízo em dinheiro, como entender melhor atenda ao interesse público.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DEVOLUÇÃO DOS BENS

O PERMISSIONÁRIO ficará sujeito à multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do TERMO DE COLABORAÇÃO, se findada por qualquer das formas aqui previstas a permissão de uso e o PERMISSIONÁRIO não restituir os bens na data do seu termo ou sem a observância das condições em que o recebeu.

Parágrafo único. A multa incidirá até o dia em que os bens forem efetivamente restituídos ou retornem às condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO, seja pela adoção de medidas por parte do MUNICÍPIO. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA REMOÇÃO DE BENS

Terminada a permissão de uso ou verificado o abandono do imóvel pelo PERMISSIONÁRIO, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do imóvel, sejam eles do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou de terceiros.

§ 1º. Os bens anteriormente mencionados poderão ser removidos pelo MUNICÍPIO para local de sua escolha, não ficando este responsável por qualquer dano que aos mesmos venham a ser causados, antes, durante ou depois da remoção compulsória, nem tampouco pela sua guarda, cujas despesas ficam a cargo do PERMISSIONÁRIO.

§ 2º. Se esses bens não forem retirados pelos respectivos proprietários, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a data de sua remoção, poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão e a exclusivo critério do Presidente da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo - RJ:

I) doá-los, em nome do PERMISSIONÁRIO, a qualquer instituição de beneficência ou, quando de valor inexpressivo, deles dispor livremente;

II) vendê-los, ainda em nome do PERMISSIONÁRIO, devendo, nessa hipótese, empregar a quantia recebida para o ressarcimento de qualquer débito do PERMISSIONÁRIO para com o MUNICÍPIO ou de despesas incorridas, depositando eventual saldo positivo, em nome do PERMISSIONÁRIO, junto a Fundação Municipal de Fazenda. Para a prática dos atos supramencionados, concede o PERMISSIONÁRIO, neste ato, ao MUNICÍPIO, poderes bastantes, com expressa dispensa da obrigação de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

A presente permissão de uso estará rescindida de pleno direito com o término da vigência do Termo de Colaboração.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

§ 1º. Além do término do Termo de Colaboração, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer das obrigações assumidas dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente permissão, mediante aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

§ 2º. Rescindida a permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse dos imóveis e de todos os bens móveis afetados à permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências através de qualquer uma das seguintes formas:

- I) Publicação em jornal local de grande circulação ou no Diário Oficial do Município se vier a ser criado, com a indicação do número do processo e nome do PERMISSIONÁRIO;
- II) por via postal, mediante comunicação registrada e endereçada ao PERMISSIONÁRIO, com aviso de recebimento (A.R.);
- III) pela ciência que do ato venha a ter o PERMISSIONÁRIO:
 - a) no MUNICÍPIO, em razão de comparecimento espontâneo ou a chamado de repartição do MUNICÍPIO;
 - b) através do recebimento de auto de infração ou documento análogo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO RITO PROCESSUAL

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa, na forma da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por essa via o MUNICÍPIO poderá cobrar não apenas o principal devido, mas ainda juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, atualização monetária, multa contratual, fixada em 10% (dez por cento) do valor do débito, e honorários de advogado, pré-fixados estes em 20% (vinte por cento) do valor em cobrança, além das custas e despesas do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico-pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas e por mim que o lavrei.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

São Gonçalo, ____ de _____ de 2022.

Presidente da Fundação Municipal de Saúde

Organização Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome (legível e por extenso):
CPF:

Nome (legível e por extenso):
CPF:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO X

MODELO DE DECLARAÇÃO RELATIVA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Ref.: CHAMADA PÚBLICA N° 004/2022

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui no quadro funcional, profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º Escalões da Administração Pública Municipal de São Gonçalo.

<local e data>
<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO À VISITA TÉCNICA (OBRIGATÓRIA AO REALIZAR A VISITA)

Eu, <Representante Legal da empresa> da empresa <nome da empresa>, DECLARO, sob as penas da Lei, que visitei o local onde será executada **A PRESTAÇÃO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, INTERNAÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS, ADULTO E PEDIÁTRICAS E, DE PRONTO ATENDIMENTO, URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, SALA DE ESTABILIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO** da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de situações eventuais em virtude da verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório **CHAMADA PÚBLICA Nº004/2022**, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto. DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<Local>, <data: dia - Mês e Ano>.

<Assinatura do representante legal da empresa >
<NOME REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA>
<CARGO/FUNÇÃO QUE OCUPA NA EMPRESA>
CPF nº: RG nº:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO XII

DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

(CASO NÃO REALIZE A VISITA)

Eu, <Responsável devidamente qualificado> da empresa <nome da empresa> DECLARO, para os devidos fins, que **NÃO** visitei o local onde será executada **A PRESTAÇÃO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, INTERNAÇÕES CLÍNICAS E CIRÚRGICAS, ADULTO E PEDIÁTRICAS E, DE PRONTO ATENDIMENTO, URGÊNCIA/EMERGÊNCIA, SALA DE ESTABILIZAÇÃO E ASSISTÊNCIA PRÉ-HOSPITALAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO PLANO DE TRABALHO** da Fundação Municipal de Saúde de São Gonçalo, por opção própria, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do certame. Desta forma, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório de **CHAMADA PÚBLICA Nº004/2022**, sem quaisquer direitos a reclamações futuras sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto. **DECLARO**, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

<local>. <data dia - Mês e Ano>

<Assinatura do responsável da empresa >

<NOME DO RESPONSÁVEL>

CPF nº:

RG nº:

Obs: A Declaração de Não Visita deverá ser apresentada no papel próprio da empresa ou pessoa física, não sendo necessária a transcrição do cabeçalho da Prefeitura Municipal de São Gonçalo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

ANEXO XIII

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO INCIDE EM NENHUMA DAS HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO

Ref.: CHAMADA PÚBLICA N° 004/2022

<razão social da empresa>, com sede na <endereço da empresa>, inscrita no CNPJ nº<CNPJ da empresa>, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) <nome do representante>, portador(a) da Carteira de Identidade nº <nº do RG e órgão expedidor> e do CPF nº <nº do CPF>, DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não incide em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no item 4 do presente Edital

<local e data>
<representante legal>

A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DEFESA CIVIL
COMISSÃO TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DE EDITAL E ANEXOS

São Gonçalo, 29 de março de 2022.

Comissão de Elaboração de Edital da Chamada Pública nº 004/2022

Ana Carolina de Mendonça Pacheco
Matrícula nº 118.656

Thiago Souza de Abreu Ximenes
Matrícula nº 40.824

Pablo Braga Brandão
Matrícula nº 341.524

Aprovado por:

DEIVID ROBERT DE CRESCI CAMPOS
Presidente da Fundação Municipal de Saúde
Matrícula nº 40.833